



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

RENATA DE LOURDES COSTA DE MENEZES

**ANÁLISE DA SUBJETIVIDADE MATERIALIZADA EM CONTOS DE
FADAS PRODUZIDOS POR CRIANÇAS NO *SETTING*
PSICANALÍTICO**

João Pessoa - PB

2014

RENATA DE LOURDES COSTA DE MENEZES

**ANÁLISE DA SUBJETIVIDADE MATERIALIZADA EM CONTOS DE
FADAS PRODUZIDOS POR CRIANÇAS NO *SETTING*
PSICANALÍTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, na área de concentração *Linguística e Práticas Sociais* e na linha de pesquisa *Linguística Aplicada*, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Celi Mendes Pereira

João Pessoa – PB

2014

RENATA DE LOURDES COSTA DE MENEZES

**ANÁLISE DA SUBJETIVIDADE MATERIALIZADA EM CONTOS DE
FADAS PRODUZIDOS POR CRIANÇAS NO *SETTING*
PSICANALÍTICO**

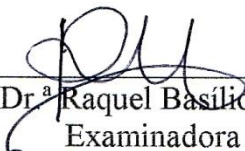
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, na área de concentração *Linguística e Práticas Sociais* e na linha de pesquisa *Linguística Aplicada*, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Linguística.

APROVADA em: 11/02/2014.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Regina Celi Mendes Pereira
Orientadora



Prof.^a Dr.^a Raquel Basílio da Cunha
Examinadora

Prof.^a Dr.^a Socorro de Fátima Pacífico Barbosa
Examinadora

Catálogo na publicação
Seção de Catálogo e Classificação

M543a Menezes, Renata de Lourdes Costa de.

Análise da subjetividade materializada em contos de fadas produzidos por crianças no setting psicanalítico / Renata de Lourdes Costa de Menezes. - João Pessoa, 2019.

74 f. : il.

Orientação: Regina Celi Mendes Pereira.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Psicanálise infantil. 2. Contos de fadas - Terapia infantil. 3. Interacionismo sociodiscursivo. I. Pereira, Regina Celi Mendes. II. Título.

UFPB/BC

Àqueles que me possibilitaram a oportunidade de ter voz própria, àqueles que deram força à minha voz e vibraram com o meu timbre e àqueles que, implícita ou explicitamente, inspiraram meu desejo de contar e inventar, dedico.

AGRADECIMENTOS

O conhecimento e a escrita nos são possibilitados pelos outros com os quais compartilhamos nossa vida. Assim, reservo este espaço para reconhecer e agradecer:

Aos meus pais, por incentivarem meu interesse pelo estudo e por terem me possibilitado fazer desse interesse algo próprio;

Ao meu amor, pela compreensão quando estamos mais distantes porque estamos lendo, escrevendo, estudando;

À professora Regina Celi Mendes Pereira, pela colaboração tão honrosa quanto valiosa;

Às professoras Betânia Passos Medrado, Raquel Basílio da Cunha e Socorro de Fátima Pacífico Barbosa que, em discussão instigante durante nossa banca de qualificação ou de defesa, contribuíram para nossa escrita;

Aos companheiros de trabalho e colegas do Grupo de Estudos em Letramentos, Interação e Trabalho (GELIT), interlocutores ímpares;

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING/UFPB), nas pessoas dos discentes, docentes e servidores técnico-administrativos, pelo acolhimento, ensinamento e disponibilidade;

À Clínica-Escola de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba, pela viabilidade deste estudo;

Às crianças em atendimento psicoterapêutico, colaboradoras dessa pesquisa, em especial, que me mostraram a importância dos contos de fadas em suas vidas.

Muito Obrigada!

“Atravessar fronteiras no campo do conhecimento, assim como na vida, é expor-se a riscos. Mas um desafio que se deve encarar com humildade e com a alegria de quem quer entender o outro em sua perspectiva”.

(Luiz Paulo da Moita Lopes)

RESUMO

Datado de tempos imemoriais, o conto de fadas, mais que divertir crianças, tem desempenhado, em psicanálise infantil, o papel de instrumento terapêutico. Isso porque, esse gênero literário promove uma atmosfera segura para que o *infans*, na escrita de uma história própria, exprima suas vivências emocionais e elabore seus conflitos interiores através de um universo simbólico e ficcional. Portanto, o objetivo desse estudo é identificar os aspectos subjetivos materializados nos contos de fadas escritos por crianças no *setting* psicanalítico à luz do quadro teórico-epistemológico e metodológico do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD). Partimos, deste modo, do pressuposto de que, na produção textual em sessão psicoterapêutica, a criança mobiliza um conjunto de capacidades de linguagem que se tornam cenário de projeções psicoafetivas e que, logo, são capazes de revelar a subjetividade de seu autor. Para consubstanciar nosso estudo, realizamos uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa, na qual foram analisados contos de fadas escritos por crianças durante atendimento ludoterapêutico de base psicanalítica na Clínica-Escola de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba. Ainda, foram consultadas informações, registradas em diário clínico, obtidas em entrevista de anamnese com os pais ou responsáveis legais das crianças, sobre os sintomas manifestos e a situação de vida pessoal, social e familiar dos pequenos. Alicerçamos nossas análises nas operações de planificação de linguagem propostas por Machado e Bronckart (2009), incluídos o conteúdo temático, a constituição e disposição organizacional textual e os mecanismos enunciativos. Por fim, propusemos uma reflexão sobre a semântica do agir pautada nas análises anteriormente abordadas. Nossos resultados apontam que há uma riqueza subjetiva subjacente aos contos de fadas produzidos no decurso de um processo psicoterapêutico; que no cerne dessa riqueza subjetiva encontram-se os ímpetus inconscientes; e que tais mecanismos inconscientes, corporificados na ação de linguagem, são tão dependentes da internalização e representação da experiência quanto as construções racionais, o que significa que o universo social e a realidade intrínseca das crianças sujeitos de pesquisa encontram-se em estreita articulação. Assim, a metodologia compreensiva global proposta pelo ISD se apresentou, para a psicanálise, como ferramenta capaz de desnudar as formações inconscientes, a partir das características estruturais e funcionais de um texto; e, do mesmo modo, as interpretações psicanalíticas revelaram, para o ISD, uma forma possível de leitura das dimensões psicológicas e emocionais do enunciador, através de sua produção textual.

Palavras-chave: Conto de fadas; Subjetividade; Psicanálise; Interacionismo Sociodiscursivo.

ABSTRACT

Dating back to ancient times, the fairy tale, more fun than children, has played, in child psychoanalysis, the role of a therapeutic tool. That's because this literary genre promotes a safe atmosphere for the child, in writing its own history, expresses their emotional experiences and to develop their inner conflicts through a symbolic and fictional universe. The aim of this study is, therefore, to identify the subjective aspects embodied in fairy tales written by children in psychoanalytic setting from the theoretical-epistemological and methodological perspective of the Sociodiscursive Interactionism (ISD). We start, therefore, the assumption that, in writing in psychoanalytic session, the child mobilizes a set of language abilities that become scenario of projections psycho-affective and thus are able to reveal the author's subjectivity. To substantiate our study, we conducted a documentary research, qualitative approach, in which we analyzed fairy tales written by children during psychoanalytic treatment in a Psychology Clinical School of the Federal University of Paraíba. Still, we consulted information, journaled clinical, obtained in interview with parents or legal guardians, about the manifest symptoms and life situation personal, social and family of the child. We build our analysis in operations planning language proposed by Machado and Bronckart (2009), including the thematic content, the constitution and the organizational layout of the text and the enunciative mechanisms. Finally, we proposed a reading on the semantics of action guided by the analyzes, discussed earlier. Our results indicate that the psychotherapeutic context proved to be a disparate environment by making possible that children express, themselves, authentically, their internal dilemmas; that the unconscious formations also underlie the actions of language; that these unconscious formations, embodied in action language, are so dependent on internalization as representation of experience as the rational construct; that the social universe and the intrinsic reality of the children are in close conjunction; and that there is a subjective richness underlying fairytales produced in the core of a psychotherapeutic process. Thus, the overall comprehensive methodology proposed by ISD as a tool capable of stripping the unconscious impulses, from the structural and functional characteristics of a text; and, likewise, psychoanalytic interpretations revealed, to the ISD, one possible way of reading the affective and emotional dimensions of the enunciator, through its textual production.

Keywords: Fairy Tale; Subjectivity, Psychoanalysis; Sociodiscursive Interactionism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 PSICANÁLISE E CONTOS DE FADAS	12
1.1 Conto de fadas: das origens à utilização terapêutica	17
1.2 O conto de fadas na clínica psicanalítica infantil	21
2 O INTERACIONISMO SOCIODISCURSIVO	25
2.1 Uma reflexão inicial.....	25
2.2 Fundamentos teórico-epistemológicos	26
2.3 Perspectivas de análise.....	31
2.4A questão da subjetividade à luz do ISD	36
3 ANÁLISE DA SUBJETIVIDADE MATERIALIZADA NAS AÇÕES DE LINGUAGEM.....	40
3.1 Metodologia	40
3.2 Contextualização de pesquisa	42
3.2.1 <i>A floresta encantada</i> : análise do conteúdo temático.....	44
3.2.2 <i>A floresta dos animais</i> : análise do tipo organizacional.....	51
3.2.3 <i>O gênio da lâmpada</i> : análise dos mecanismos enunciativos	58
3.2.4 Os contos de fadas e suas relações com a semiologia do agir	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

INTRODUÇÃO

Diariamente, centenas de crianças são encaminhadas às clínicas psicológicas por apresentarem os mais variados transtornos emocionais e/ou comportamentais. A prática psicoterapêutica clínica, então, procura abrir à criança um espaço à expressão livre de seus sentimentos e fantasias através do lúdico, sempre caminhando no sentido de favorecer a simbolização do conflito no qual se encontra enredada, conduzindo à possibilidade de exprimir aquilo que não entende ou que não é capaz de verbalizar.

Na busca por procedimentos alternativos ao relato verbal – característico do atendimento clínico com o adulto –, os contos de fadas e outros desencadeantes lúdicos (a exemplo de desenhos, jogos, modelagem, musicalização, teatralização) passaram a ser utilizados como instrumentos mediadores capazes de promover uma atmosfera natural para o infante, um ambiente livre de censuras, propício para a exposição de sentimentos. Esse tipo de literatura, deste modo, não se reduz apenas à funcionalidade de divertir crianças, mas também permite a elaboração de vivências conflitivas através de um mundo simbólico e ficcional, favorecendo a construção do indivíduo e sua integração social.

Nesse sentido, a proposta desta investigação surgiu a partir do exercício do nosso trabalho enquanto psicóloga clínica infantil, de base psicanalítica, e da disciplina Curso de Especialização em Língua Portuguesa (PROLING/UFPB) que nos permitiram a construção de uma interface entre Linguística e Psicanálise. A potencialidade dos estudos linguísticos e a grande mobilidade interlocutória com outras áreas do conhecimento propulsionaram a possibilidade de alianças conceituais e pesquisa conjunta.

Todavia, as possíveis articulações entre Linguística e Psicanálise não são recentes. Longo (2011) emprega, inclusive, as expressões “domínios contíguos” e “fronteiras porosas” para tratar desta relação, iniciada por Jacques Lacan. Pois que, inquietou-nos a distância teórica – e, ao mesmo tempo, a grande proximidade – entre os postulados epistemológicos do Interacionismo Sociodiscursivo e a teoria psicanalítica, em especial no que se refere à subjetividade humana e às formações inconscientes, enraizadas nas ações de linguagem das pessoas.

Partimos, assim, do pressuposto de que, no processo de semiotização da ação linguageira em texto escrito – em questão os contos de fadas –, as crianças em processo de intervenção psicanalítica mobilizam um conjunto de capacidades de linguagem que se tornam cenário de projeções de fantasias, desejos, ansiedades, frustrações e conflitos interiores e, logo, o primeiro passo no caminho de proporcionar a liberdade e a fluidez de revelar a

subjetividade de seu agente-produtor. Cada texto criado em contexto clínico, ou seja, com o aporte da presença empática do psicoterapeuta, torna-se, assim, reflexo da individualidade de seu autor e importante fonte de dados sobre seus sintomas psíquicos. Cabe ao profissional, portanto, a tarefa de ser o interlocutor, o encarregado de favorecer a elaboração do sintoma oculto na produção significativa.

Portanto, o objetivo geral desse estudo é identificar os aspectos subjetivos materializados nos contos de fadas produzidos por crianças no *setting* psicanalítico à luz do quadro teórico-epistemológico e metodológico do Interacionismo Sociodiscursivo. Abordamos esse gênero textual, logo, enquanto instrumento constitutivo e regulador do processo ativo e criativo de significações projetivas¹. Para tanto, buscamos considerar muito mais do que está incluído nos fatores estritamente verbais do enunciado, como a significação que o conteúdo e a forma adquirem no contexto, na exclusiva situação discursiva.

De modo mais específico procuramos: evidenciar que as formações inconscientes também subjazem às ações de linguagem; demonstrar que os mecanismos inconscientes corporificados na ação de linguagem são tão dependentes da internalização e representação da experiência quanto as construções racionais; e estabelecer uma articulação entre o universo social e a realidade intrínseca, retratada no texto escrito, das crianças sujeitos de pesquisa. Pois que, deste modo, operamos no âmbito de uma Linguística Aplicada Indisciplinar ou Transdisciplinar², propondo o entrecruzamento entre Linguística e Psicanálise.

Para tanto, delineamos, inicialmente, os fundamentos da teoria e da técnica de psicanálise infantil articulados à origem e utilização do conto de fadas enquanto recurso psicoterapêutico no tratamento clínico de crianças que sofrem de transtornos psico-afetivos. Em seguida, apresentamos os alicerces conceituais e metodológicos do Interacionismo Sociodiscursivo, que deram base às operações de planificação e textualização das unidades linguísticas.

Por último, realizamos uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa, na qual foram analisados, com base nas características linguísticas e paralinguísticas das operações de planificação de linguagem propostas pela perspectiva interacionista sociodiscursiva, contos de fadas produzidos por crianças no *setting* psicanalítico. Para consubstanciar as análises das produções textuais objetos de investigação, foram consultadas informações, registradas em

¹ De acordo com a teoria psicanalítica, através do mecanismo de projeção o sujeito atribui seus próprios afetos, pensamentos, motivações, conflitos e desejos a outrem – aos personagens ou ao conteúdo de uma narrativa, por exemplo – protegendo sua mente consciente de sentimentos vergonhosos, obscenos, perigosos ou traumáticos. Atribui-lhes, pois, a uma alteridade que lhe é externa (ROUDINESCO; PLON, 1998).

² Cf. MOITA LOPES, 2006, 2009.

diário clínico, obtidas em entrevista com os pais ou responsáveis legais das crianças, sobre os sintomas manifestos e sobre a situação de vida pessoal, social e familiar dos *infans*. Centramos nosso interesse, portanto, nos processos projetivos significantes, nas representações imaginativas e na evidenciação da subjetividade manifesta³ e latente do agente.

Sob este panorama, fundamentados no entendimento de que os contos de fadas são capazes de revelar a subjetividade das crianças e promover o desenvolvimento humano, acreditamos que este estudo possa contribuir, com riqueza, para o pensamento profissional de linguistas e psicólogos de base psicanalítica, pois é na interface entre diferentes ciências que se constroem estratégias de fomento à continuidade e avanço das pesquisas. Isto porque acreditamos que é na interferência mútua entre os saberes e, conseqüentemente, na desestabilização que essa atitude indisciplinar ou transdisciplinar provoca, que a potência de evolução e inovação científica atinge nossas ideias.

³O conteúdo manifesto é uma deformação do conteúdo latente, o que equivale a dizer que o conteúdo latente dissimula-se por trás do conteúdo manifesto (FREUD, 1987).

1 PSICANÁLISE E CONTOS DE FADAS

Marco do século XX, a psicanálise originou-se da prática clínica do médico vienense Sigmund Freud. Neurologista em uma época na qual Neurologia e Psiquiatria eram especialidades médicas não muito delimitadas, Freud se debruçou sobre as chamadas “doenças dos nervos”.

Entretanto, segundo relata Ferreira Netto (2011), não satisfeito com o trabalho que vinha desenvolvendo, sentindo uma grande limitação nas teorias que seguia e achando sempre que buscava alguma outra coisa que não sabia bem o que era, Freud viajou à França para assistir às aulas do eminente hipnotizador, e também neurologista, Jean Martin Charcot, que vinha atraindo muitos estudiosos por induzir a dissociação entre as partes consciente e inconsciente da mente humana, através da técnica da hipnose, em pacientes que padeciam de sintomas histéricos⁴.

Das aulas de Charcot, Freud percebeu, então, que havia

dois tipos de paralisia: uma a que ele tratava em pacientes neurológicos, causada por acidentes físicos, falha congênita, de difícil remissão, devido a uma lesão orgânica definitiva e irrecuperável nos neurônios, e a outra, uma paralisia extremamente igual na fenomenologia aparente, mas fácil de se modificar sob uma simples ordem hipnótica, uma simples palavra, e que não apresentava nenhuma lesão orgânica, portanto, de natureza psicológica ou imaginária (FERREIRA NETTO, 2011, p.18).

Assim, de volta a Viena, Freud abriu consultório obstinado a aliviar o sofrimento psíquico de mulheres burguesas que se diziam doentes dos nervos, porém que **não** apresentavam quadro de lesão orgânica neurológica; ou seja, histéricas, na posterior concepção psicanalítica. Para tanto, utilizou os mais diversos métodos terapêuticos: massagens, hidroterapia, eletroterapia, bem como a hipnose.

Todavia, conforme acrescentam Sandler, Dare e Holder (1986), foi atuando em colaboração com Josef Breuer, médico austríaco, precursor da utilização do método catártico⁵ no tratamento da histeria, que Freud percebeu o potencial da palavra/do discurso para o alívio dos sintomas, ao passo que se deu conta de que o processo de dissociação das partes consciente e inconsciente da mente não era exclusivo das histéricas, mas ocorria em todas as

⁴ Acreditava-se que a doença histeria (do grego hystera = matriz, útero) era uma desordem do sistema nervoso causada por alterações nos fluidos uterinos, que se manifestava através de sintomas corporais (ataques ou convulsões de natureza epilética, paralisias, contraturas, cegueiras, afonias) (ROUDINESCO; PLON, 1998).

⁵ Expressão grega utilizada por Aristóteles para designar expurgo, purificação. O termo foi retomado por Sigmund Freud e Josef Breuer para denominar o procedimento terapêutico pelo qual um sujeito consegue eliminar seus afetos patogênicos e então ab-reagi-los, revivendo os acontecimentos traumáticos a que eles estão ligados (ROUDINESCO; PLON, 1998).

peessoas. Deste modo, Freud abriu uma via nova de reflexão e investigação sobre a subjetividade humana: a psicanálise.

À luz da teoria freudiana, a subjetividade é regida por forças que escapam à consciência. “Assim como Copérnico demonstrou que a Terra não é o centro do universo e Darwin retirou o homem do centro da criação, Freud descentrou a razão” (JORGE e FERREIRA, 2010). Nessa acepção, a noção de sujeito, introduzida por Lacan (1998) em psicanálise, transcende a cognoscência e faz operar o sujeito do inconsciente – outra parte do indivíduo psicofísico que acaba por torná-lo singular, único, ao mesmo tempo em que indissociável da cultura. Vejamos, então, como se constitui o sujeito psicanalítico.

Quando nascemos direcionamos nossos investimentos libidinais para a figura materna⁶, a quem compete suprir nossas necessidades primeiras ante a total impossibilidade de o bebê valer-se por si mesmo enquanto ser. Ela supre a imaturidade motora do *infans*, provê suas necessidades orgânicas e dá significado ao seu choro. O bebê cria uma demanda de amor, na expectativa de receber e ser tudo para aquela mãe. O corte do cordão umbilical o desliga da natureza apenas carnal, mas ele continua a sentir a mãe como sua extensão e universo. Assim, mãe e filho vivem, de forma simbiótica, um estado de completude.

Porém, essa demanda será frustrada, pois é impossível sustentar uma satisfação infinita. A função paterna impõe, então, no plano imaginário, como obstáculo irremovível à concretização do anseio infantil. Ela introduz a lei de interdição do incesto e insere o sujeito socialmente. Isso porque aponta à mãe e ao bebê que eles não poderão viver eternamente uma relação de totalidade, de fusão emocional, frente às exigências mundanas da vida social e cultural. A função paterna se apresenta como aquela que convida a mãe para, dissociando-se do bebê, assumir seus outros papéis sociais – esposa, profissional, amiga, filha, dentre outros.

De tal maneira, pequenas intervenções paternas, e ambientais, vão interferindo nessa relação dual, introduzindo os mundos real e social para a criança. Isso significa que as aspirações primitivas de afeto precisam, logo, ser recalcadas⁷ – permanecendo como desejos inconscientes – frente às restrições sociais impostas.

⁶De acordo com os apontamentos de Lacan (1998), a função se chama materna porque, em essência, ao menos uma atividade, a de gestar o bebê e amamentá-lo no seio, é exclusiva da mãe biológica. Entretanto, essa função não precisa ser, integral ou necessariamente, exercida pela genitora, pode ser cumprida pela babá, pela avó, inclusive pelo pai. A pessoa que realiza cuidados maternos cumpre a chamada *função materna*, assim como a pessoa que realiza a *função paterna* se investe da figura de pai. Por sua vez, mãe e pai se alternam ao exercerem, conjuntamente, as funções materna e paterna.

⁷ O verbo recalcar, em psicanálise, significa refrear, afastar da admissão consciente, tornar inconscientes lembranças subversivas (ROUDINESCO; PLON, 1998).

Informações chegam ao *infans* de todas as partes (através da sensação, da percepção, das palavras) e ele precisa triá-las; compete a ele fazer escolhas. Assim, uma parte será guardada, memorizada, e outra será abstraída, eliminada, aparentemente esquecida. Mas, o não-retido não desaparece totalmente. Esses restos vão constituir essa reserva inconsciente, um estoque sempre vivo, pronto a interferir, sem o conhecimento do sujeito, nas operações do pensamento (CORDIÉ, 1996).

Grosso modo, se a criança se aliena/se assujeita à relação indiscriminada com a mãe não tem a oportunidade de vir a ser⁸. Não se torna sujeito pensante e desejante, isto é, se mantém subjugado às vontades e às demandas dessa mãe. Do contrário, se o *infans* rompe a relação fusional com a figura materna e recalca os afetos primários, assume pensamentos e sentimentos próprios ante a realidade circundante.

A função paterna é, portanto, portal da ordem real e social para a criança, estando associada ao simbólico, à cultura, à civilização e à lei. Embasa essa afirmação a argumentação de Ferreira Netto (2011, p. 110) quando refere que

[...] o que vai definir a legitimidade do pai é um dispositivo puramente legal, uma declaração do pai diante do oficial do cartório, confirmado por uma testemunha que, mesmo não tendo presenciado nenhum ato conclusivo, declara ao juiz que o pai é aquele mesmo, aquele que ele acaba de encontrar ali, por acaso, na fila dos registros, a quem não conhecia antes e que, certamente, nunca mais vai encontrar. É a palavra do próprio pai, confirmada por um ilustre desconhecido, que sela a paternidade oficial, para sempre, de uma criança, introduzindo-a oficialmente na estrutura de parentesco e na cultura.

Ou seja, enquanto a mãe é certa, visto ser a gravidez um fato público e palpável, o que legitima a paternidade é uma convenção puramente social, compartilhada por um coletivo, que, no caso, ratifica a paternidade através de um documento simbólico, a Certidão de Nascimento. Naturalmente, é necessária a anuência e o reconhecimento da mãe sobre essa paternidade, ato este que é sua parte importante no desempenho da função paterna.

De forma geral, então, a função paterna destitui o bebê da suficiência em relação à mãe e o confronta com a insuficiência do seu ser perante a realidade circundante. Todo o desenrolar *a posteriori*, a saúde mental da criança, é consequência de como esse drama edipiano⁹ foi vivenciado. Importa-nos sobremaneira que, apenas quando dissociada da mãe e ciente de seu corpo cinestésico, a criança se faz sujeito, compreendido pela possibilidade e capacidade de dizer “eu sou”, bem como de ser em relação com o outro e com a natureza, em

⁸ Esses são os casos de psicose, psicanaliticamente caracterizados por uma forma peculiar de relação com a realidade, os objetos, as pessoas, a linguagem e com o próprio corpo.

⁹ Esse termo faz referência à relação triangular pai-mãe-filho(a) alvitada pelo Complexo de Édipo freudiano em que a luta entre as forças impetuosas do desejo e as da civilização se opõem. Freud se utilizou da trama da tragédia grega *Édipo Rei*, de Sófocles, como metáfora desse triângulo (NASIO, 2007).

condições estabelecidas pela sociedade. Assim, a possibilidade de a criança objetivar o exterior dependerá do parto psíquico, de que se possa romper o vínculo endogâmico que a assujeita.

É, pois, inerente à condição humana o estado inconsciente da psique. Todos, no processo de individuação, sofrem a ação do recalque. No entanto, conforme salientamos anteriormente, o que está lá, adormecido, sempre se impõe, cotidianamente, às ações do pensamento sob a forma de um disfarce/de uma distorção/de uma transposição (através de sonhos, atos falhos, chistes). O retorno do recalcado que não encontra vazão na consciência, então, ocasiona um conflito psíquico entre o consciente e o inconsciente e acarreta o que a psicanálise se denomina “sintoma”.

A escuta do paciente em processo psicoterapêutico deve, portanto, atingir o que não está posto, apreender a formação substitutiva¹⁰ extraída do sintoma. Isso implica adentrar na radical singularidade do sujeito, reconstituir a sua história, seu processo de identificação com o coletivo.

Esse resgate se fez necessário para adentrar nas alianças conceituais entre psicanálise e contos de fadas. Freud (2006 [1913]), desde muito cedo, destacou o potencial dos contos de fadas para o desenvolvimento do nosso universo subjetivo e os desdobramentos psicanalíticos ratificaram a importância dessas narrativas enquanto expressão do psiquismo humano.

Em essência, os contos de fadas se valem do simbolismo para uma representação dos dilemas existenciais comuns a todos os homens: o desamparo infantil, a angústia de separação materna, o medo diante da função paterna, a rivalidade fraterna, os conflitos edipianos, as crises de construção da identidade, crescimento e civilidade. De tal maneira, conforme se posiciona Bettelheim (2012 [1976]), uma vez que retratam problemas humanos universais, particularmente os que preocupam o pensamento da criança, essas histórias falam ao ego que desabrocha e encorajam o seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que aliviam pressões inconscientes. Esse estado de coisas minimiza um eventual conflito psíquico e, por conseguinte, impede a instauração de um sintoma.

O desenrolar da trama fantástica possibilita, pois, que o *ego*¹¹, enquanto centro autorregulador do sujeito, medie os desejos inconscientes do *id* (instância que busca a satisfação dos ímpetus instintuais sem considerar a realidade circundante e o julgamento de

¹⁰ As análises apresentadas no terceiro capítulo deste estudo ilustram as formações substitutivas materializadas em contos de fadas produzidos por crianças confiadas a processo psicoterapêutico em decorrência de seus sintomas.

¹¹ Id, ego e superego são as três estruturas freudianas do aparelho mental (FREUD, 2006 [1923]).

valores) e as coações do *superego* (agente da civilização; são as regras sociais, a moral e a ética que buscam obstaculizar as pressões do id ante as regras de comportamento).

Como vemos, o embate entre o id e o superego reflete, respectivamente, a oposição entre o psíquico e o real. Os contos de fadas, logo, oferecem nova dimensão à criança para, resolutamente, elaborar esse embate mundo interno *versus* mundo externo e amadurecer com segurança. Isso porque,

o inconsciente é um determinante poderoso do comportamento. Se o inconsciente é recalcado e nega-se a entrada de seu conteúdo na consciência, eventualmente a mente consciente da pessoa será em parte dominada por derivativos desses elementos inconscientes, caso contrário esta se verá forçada a manter um controle de tal forma rígido e compulsivo sobre eles que sua personalidade poderá vir a ser gravemente danificada. Mas, quando o material inconsciente *tem*, até certo ponto, permissão de aflorar à consciência e ser trabalhado na imaginação, seus danos potenciais [...] ficam muito reduzidos” (BETTELHEIM, 2012 [1976], p. 14).

Pois que, os contos de fadas capacitam a criança a lidar com as pressões do id e com as inibições do superego fantasiando, ruminando e reorganizando conscientemente conteúdos inconscientes que, recalcados, podem comprometer sua saúde mental. Quando trabalhados na imaginação, os danos psíquicos potenciais podem ser reduzidos, haja vista que de forma simbólica essas narrativas oferecem soluções para enfrentar as dificuldades prementes.

Mas, é bem verdade que esse tipo de literatura pouco aborda, em seu conteúdo, as condições, ou a realidade, específicas da vida namoderna sociedade de massa, aliás, os contos de fadas surgiram muito antes do advento da industrialização; contudo, ainda hoje continuam a encantar crianças nas suas mais variadas heterogeneidades. Esse fato ratifica a tese psicanalítica de que essas histórias revelam, de forma incisiva, a parte intrínseca da existência humana, confrontando o leitor com as dificuldades humanas básicas (BETTELHEIM, 2012 [1976]; CORSO e CORSO, 2006; GUTFREIND, 2010). Ao passo que transmitem experiências subjetivas e exprimem vivências emocionais, oferecem sugestões de como superar os obstáculos e amadurecer a personalidade, em especial quando os problemas se mostram incompreensíveis e insolúveis.

A natureza irreal dessas histórias e a apresentação despretensiosa de um enredo dotado de personagens sobre-humanos garantem uma atmosfera segura – que Runberg (1993 apud GUTFREIND, 2010) denominou de *safekeep* – através da qual a criança não sente ansiedade ou angústia em permitir que mecanismos inconscientes afluam. Não por menos, no clima do “Era uma vez...”, por mais dura que a situação possa apresentar-se, os heróis viverão “felizes para sempre”.

1.1 Conto de fadas: das origens à utilização terapêutica

O que nesse estudo denominamos contos de fadas corrobora o entendimento de Corso e Corso (2006) de que são histórias fantásticas, maravilhosas, que, sem necessariamente conter as personagens que lhe dão nome – as fadas –, incluem em seus desdobramentos seres, objetos e/ou acontecimentos cuja existência e natureza transgridem o mundo ordinário, conhecido e aceito pelo leitor. Trata-se de garantir que o interlocutor seja transportado para outra dimensão com lógicas que excedem a razão e a coerência, onde, por exemplo, animais falam, tapetes voam, galinhas põem ovos de ouro ou pés de feijão crescem até o céu (SCHNEIDER e TOROSSIAN, 2009). O passaporte de entrada é a expressão “Era uma vez...” que denota um início que faz com que a criança perceba a existência de um espaço-tempo quimérico.

Essa nomenclatura, entretanto, segundo Corso e Corso (2006), mantém-se em fidedignidade à sabedoria popular que consagrou as fadas como representantes do reino encantado, haja vista que é reservada a elas a função de veicular a magia. Dotadas de virtudes e poderes sobrenaturais, em geral, aparecem no enredo da narrativa para auxiliar o protagonista nas situações-limites, quando apenas uma solução irreal se faz possível.

Em língua portuguesa também foram denominados contos da carochinha, contos maravilhosos ou contos de encantamento. Mas, apesar da variedade de terminologias, Schneider e Torossian (2009) salientam que há uma verdadeira indistinção de objeto.

Diríamos, porém que, mais que propagadoras de fantasia, essas histórias possuem a característica de falarem do intrínseco ao humano e da vida a ser vivida por intermédio de personagens irreais, de elementos fantásticos e/ou de situações imaginárias. Ao se oferecerem como palco para a representação ficcional de dilemas humanos básicos, põem indubitavelmente em cena um núcleo problemático existencial que convida o protagonista da trama a enfrentar obstáculos. Essas propriedades, especialmente, distinguem os contos de fadas dos demais gêneros literários (a exemplo das histórias em quadrinhos e das tramas infanto-juvenis paradidáticas, histórias elaboradas asceticamente¹²).

A despeito de sua ascendência, não há vestígios precisos na literatura científica sobre a origem dos contos. Conforme relata Gutfreind (2010), todo traço de criação ou transmissão desse tipo de literatura parece ter sido apagado. Consenso entre os autores (ABRAMOVICH, 1989; BETTELHEIM, 2012 [1976]; CORSO e CORSO, 2006; GUTFREIND, 2010;

¹² Despossuídas dos aspectos corpóreos e sensíveis ao homem.

HISADA, 1998; SCHNEIDER e TOROSSIAN, 2009) é que os contos parecem ter ocupado, desde sempre, um lugar importante na sociedade, sobrevivendo através dos tempos.

A esse respeito, nas palavras de Velay-Vallantin (1992, p. 21 apud GUTFREIND, 2010, p. 27),

[...] no que se refere à abordagem histórica dos contos, não existe, em particular, referências à história cultural e social... Do ponto de vista epistemológico, essa falta de história, por si só, constitui um objeto de história, como se o resultado mais importante que se pudesse tirar dos estudos literários do conto se resumisse a uma só constatação: o conto é fora do tempo.

Preservados pela tradição oral, remontam a tempos imemoriais. O próprio Freud (2006 [1908]) ousou emitir a hipótese, a partir de seus estudos sobre a homologia entre narrativas populares e conteúdos oníricos, de que os contos são vestígios dos sonhos seculares da jovem humanidade. Seriam, assim, mananciais do inconsciente dos povos arcaicos através dos quais expressariam suas aspirações e temores.

Nem sempre destinados às crianças e, portanto, concebidos inicialmente por adultos e para adultos, os contos de fadas, em suas versões originais, refletiam o sentimento coletivo sob o prisma de uma linguagem chula, violenta e indecente. Eram, pois, narrativas recheadas de vinganças, mortes hediondas e sexo. Deste modo, por exemplo, “Bela Adormecida” foi, na verdade, estuprada pelo príncipe, enquanto estava entorpecida; “Branca de Neve” se vingou da mãe malvada obrigando-a a calçar sapatos de ferro quente e dançar até a morte; “João e Maria” não se perderam na floresta acidentalmente, mas foram abandonados pelos pais; já “A Pequena Sereia” não escapa da maldição da bruxa, vira espuma do mar e morre”; e, em “Chapeuzinho Vermelho” a netinha, obrigada pelo lobo, comeu, canibalisticamente, a carne da própria avó e, ainda, objetivando se livrar das garras do malvado, Chapeuzinho se desnuda na intenção de distraí-lo, porém a estratégia não deu certo e ela também acabou devorada (CARTER, 2007; COLEMAN, 2006; MASCARENHAS, 2013).

A partir, todavia, da “descoberta da infância”, quando as crianças passaram a gozar de um *status* diferenciado, incidiu dessas histórias sofrerem adaptações. Concomitantemente, o Movimento Romântico, instaurado na época, também trouxe aos contos um sentido mais humanitário (SCHNEIDER e TOROSSIAN, 2009). Pois que, no final do século XVII e início do século XVIII, autores como Charles Perrault, na França, os irmãos Jacob e Wilhelm Grimm, na Alemanha, e Hans Christian Andersen, na Dinamarca, imprimiram moralidade aos contos de fadas e os adequaram aos novos valores da época. Expressões inadequadas ou investidas de uma brutalidade demasiada foram, então, polidas e essas narrativas passaram,

então, a falar, segundo Bettelheim (2012 [1976]), a todos os níveis da personalidade humana, desde a mente ingênua da criança à sofisticada do adulto.

Conforme expusemos em outro momento (MENEZES e PEREIRA, 2012), por sua simplicidade e, paralelamente, por confrontarem as crianças com os dilemas humanos básicos, os contos de fadas acabaram sendo assimilados pelo público mirim, fascinando-o, convidando-o a percorrer caminhos arriscados, a enfrentar perigos e ameaças, a vencer obstáculos e também a achar resposta para um conflito, em busca do amadurecimento.

Enquanto divertem, os contos falam às crianças das tradições culturais e das dificuldades existenciais, ajudam-nas a lidar com seus problemas internos, propõem soluções para os conflitos inerentes à vivência humana e propiciam o desenvolvimento da personalidade dos *infans*.

Uma abordagem clínica desse gênero de texto voltada para prevenção, diagnóstico e/ou tratamento de enfermidades psíquicas data de muito longe. Bettelheim (2012 [1976]), Hisada (1998), Schneider e Torossian (2009) nos lembram que na medicina hindu os contos eram oferecidos para pessoas com problemas mentais a fim de que meditassem sobre seu problema particular. Esperava-se que, ao meditar sobre a história ficcional, a pessoa psiquicamente perturbada fosse levada a visualizar tanto a natureza do impasse existencial de que padecia quanto a possibilidade de sua resolução (BETTELHEIM, 2012 [1976]). Nesse sentido, apresentavam-se não só como caminho para vencer tribulações, mas um caminho para a autodescoberta.

Todavia, uma abordagem empírica do conto como instrumento terapêutico só foi possível com o advento da psicanálise. Sigmund Freud e autores pós-freudianos visualizaram o potencial dessas histórias como representantes dos sentimentos mais profundos, garantida uma boa distância de suas representações.

Freud não utilizou o conto diretamente, mas se valeu amplamente dessa referência estética em sua teoria, em especial por acreditar na influência dessas narrativas sobre o desenvolvimento das doenças mentais ou sobre sua cura. Conforme reforça Gutfreind (2010, p. 148), os contos “[...] aparecem ao longo de toda a sua obra, considerados sempre como uma fonte de ‘motivos humanos’”.

No entanto, o maior expoente dos estudos sobre a interlocução entre psicanálise e contos de fadas foi Bruno Bettelheim. Ele ganhou reputação internacional ao salientar a importância que os contos de fadas possuem no desenvolvimento emocional das crianças. No seu livro *A psicanálise dos contos de fadas* (2012 [1976]) ele faz uma radiografia da linguagem simbólica do inconsciente que subjaz aos contos infantis. Assim, ele abriu terreno

para outros pesquisadores trilharem, a partir de uma tendência mais funcional, um trabalho mais prático do uso terapêutico dessas histórias.

Nessa perspectiva, Araújo, Amari e Oliveira (2011) apresentaram, um estudo sobre contos de fadas e sua importância na constituição subjetiva da criança; em outra direção, Caldin (2001, 2004) salientou que a experiência de leitura de textos literários tem função catártica e terapêutica; já Campos (2011) propôs uma reflexão sobre a influência do conto no imaginário infantil e suas contribuições para a formação sociocultural dos pequenos; Corso e Corso (2006, 2011) se dedicaram à investigação dos efeitos das histórias na vida das crianças; o trabalho de Gutfreind (2010) expôs o resultado de pesquisa clínica utilizando os contos com crianças em situação de ruptura prolongada das relações com suas famílias; focando o cotidiano clínico, Hisada (1998) retratou a utilização de histórias no processo psicoterapêutico; por sua vez, Lima (2010) relatou sua experiência clínica com os contos na intervenção de pacientes que apresentam déficit de simbolização; de nossa parte, também mostramos, em Menezes e Pereira (2012), que o conto de fadas pode ser utilizado como valioso instrumento mediacional na clínica psicológica com crianças; Safra (2005) admitiu a função de cura através de histórias, tendo em vista que aliviam a pressão das emoções; no âmbito hospitalar, Satrapa (2002) demonstrou a aplicabilidade das histórias infantis no manejo terapêutico de pacientes somatizantes em internação; e Schneider e Torossian (2009) abordaram os contos enquanto dispositivos de intervenção na prática clínica.

Todavia, esses trabalhos – todos de base eminentemente psicanalítica – se pautam na contação de histórias já consagradas (Chapeuzinho Vermelho, Cinderela, João e o Pé de Feijão, O Patinho Feio, Branca de Neve, João e Maria, A Bela e a Fera, dentre outros contos compartilhados pela cultura ocidental) e seus efeitos na vida intrapessoal dos pequenos. Quando nos referimos, especificamente, à criação/produção, de textos narrativos na clínica psicanalítica com crianças, as práticas são incipientes, ou, nas palavras de Gutfreind (2010), o terreno ainda é novo.

A literatura científica, neste domínio, irrompe a partir do método proposto pelo norte-americano Richard Gardner denominado *Mutual storytelling Technique*¹³, que consiste em estimular a criança a inventar uma história imaginária devendo o terapeuta, em seguida, narrar outra com iguais elementos, mas de forma mais otimista em relação aos conflitos que a criança pôs em cena (GARDNER, 1989). Releituras da técnica original podem ser encontradas

¹³ Técnica da narrativa mútua (tradução nossa).

nos trabalhos de Bergner (2007), Glazer e Marcum (2003), Pernicano (2010) e Webb (2007), resguardada sua essência: a expressão criativa autoral.

Seja, entretanto, um trabalho ludoterapêutico que tenha como escopo a narração ou a produção de histórias, o que está em jogo é a possibilidade de autodescoberta, de desenvolvimento intrapessoal. Isso pode ocorrer, no primeiro caso (narração de histórias), por intermédio do mecanismo de introjeção, através do qual o sujeito se transforma assimilando ou se apropriando, no caso específico, dos aspectos inerentes aos personagens e/ou ao conteúdo da trama; ou, no segundo caso (produção textual), do mecanismo de projeção, por meio do qual o sujeito se projeta – a si, sua história de vida, seus conflitos – nos personagens, no conteúdo ou na estrutura da narrativa que compõe, atribuindo-lhes uma alteridade que lhe é externa. Segundo Klein (1987), em situações de ansiedade, os mecanismos de introjeção e projeção são postos à baila pelo sujeito com o objetivo de manter os sentimentos traumáticos afastados o máximo possível. De uma forma ou de outra, o conto de fadas encerra ser “um espelho mágico que reflete alguns aspectos de nosso mundo interior e dos passos exigidos por nossa evolução da imaturidade à maturidade” (BETTELHEIM, 2012 [1976], p. 413).

Assim, os contos produzidos pelas próprias crianças, em processo psicoterapêutico, podem ser um excelente recurso no que tange à capacidade de fornecer elementos que ajudem o profissional a elaborar a subjetividade dos *infans*. Em psicanálise, narrar significa tratar-se. E o ofício do psicanalista, como nos diria Corso e Corso (2011), é decifrar fantasias.

Pois que, a escrita de uma história própria seria apenas uma variável no modo de descrever o mesmo fenômeno: o efeito das narrativas na vida psíquica das crianças. Como salienta Gutfreind (2010, p. 35-36), “[...] importa reter que cada abordagem aproveita, a seu modo, a riqueza das histórias como instrumento terapêutico nos processos de identificação e expressão de sentimentos, o que diretamente seria bem mais difícil”.

1.2 O conto de fadas na clínica psicanalítica infantil

Quando falamos em psicanálise clínica é comum que se imagine a cena estigmatizada de uma sala de atendimento onde um divã serve de suporte para que se cumpra a regra fundamental da psicanálise – a regra da *associação livre*¹⁴ – e para que se estabeleça a relação dual entre o paciente, como aquele que fala, e o psicanalista, como aquele que abraça a palavra do outro.

¹⁴ Regra psicanalítica por excelência, a técnica de “associação livre” consiste em orientar o paciente a falar, dizer tudo que lhe vier à cabeça, sem objeções críticas (ROUDINESCO; PLON, 1998).

Contudo, a técnica de psicanálise infantil leva em conta uma série de particularidades intelectuais, comportamentais e emocionais da criança. Por isso, a proposta psicanalítica longe de exigir verbalizações, uma vez que as crianças não se expressam como os adultos, lança mão da brincadeira como ação de linguagem¹⁵, conforme demonstramos em Menezes e Pereira (2013). Em outras palavras, de acordo com os apontamentos de Costa (2010, p. 20),

não podemos esperar que uma criança se deite no divã e fale sobre suas dificuldades durante 30 ou 40 minutos. Por outro lado, percebemos que, se deixarmos a criança livre, ela brinca com o que encontrar à sua frente, sendo esse o modo natural de se expressar.

A brincadeira, então, se apresenta como o meio próprio, peculiar, de autoexpressão dos pequenos. Através do lúdico, eles podem elaborar, na consciência, as forças psíquicas recalçadas, fontes de malogros, sofrimentos e frustrações. Nessa direção, a brincadeira é percebida como uma atividade investida emocionalmente pela criança, manifestação simbólica da fantasia inconsciente e, portanto, um fato etnográfico, um texto a decifrar.

Klein (1987) e Winnicott (1975) salientam que a criança tem na atividade lúdica a sua forma preferencial de interpretação e representação da realidade circundante, do universo social e de seu mundo interior. Isso pode ser ratificado nos posicionamentos kleiniano e winnicottiano, respectivamente:

O brincar da criança é diretamente proporcional à associação livre do adulto. Pois o brincar e jogar são formas básicas da comunicação infantil, com as quais as crianças inventam o mundo e elaboram seus aspectos internos e os impactos exercidos pelos outros (mundo externo). As crianças jogam, brincam e desenharam, não falam como os adultos, encontram no lúdico a forma preferencial de enunciar [...] (KLEIN, 1987 apud MELLO, 2013, p. 5).

A criança traz para dentro dessa área da brincadeira objetos ou fenômenos oriundos dessa realidade externa, usando-os a serviço de alguma amostra derivada da realidade interna ou pessoal. Sem alucinar, a criança põe para fora uma amostra do potencial onírico e vive com essa amostra num ambiente escolhido de fragmentos oriundos da realidade externa (WINNICOTT, 1975, p.63).

Pensando nas limitações do discurso verbal para a psicanálise de crianças, Freud (2006 [1908]), desde muito cedo, pôs em evidência o lugar da fantasia, como precursora da atividade imaginativa, nas brincadeiras, sonhos, devaneios e atividades artísticas da criança. Já arrolando os princípios da técnica de psicanálise infantil (que mais tarde seria desenvolvida por autores como Anna Freud – sua filha caçula –, Melanie Klein, Donald Woods Winnicott, Françoise Dolto, dentre outros), asseverou:

¹⁵ O brincar, nesse caso, é referenciado como uma forma de produção discursiva, elemento aglutinador e transmissor das representações humanas na intenção de se dizer algo sobre o mundo.

a ocupação preferida e mais intensa da criança é o brincar. Teríamos então o direito de dizer: toda criança que brinca se comporta como um escritor criativo, pois cria um mundo próprio, ou melhor dizendo, reajusta as coisas de seu mundo numa nova ordem que lhe agrada (FREUD, 2006 [1908], p. 149).

Destarte, considerando as potencialidades de a criança dizer através do brincar, a sala destinada ao tratamento psicanalítico do *infans* exige uma peculiaridade: ser ludoterapêutica. Isso implica, necessariamente, que seja dotada de um instrumental lúdico, como bonecos, carrinho, casinha, blocos de montar, jogos, bolaetc., bem como de toda forma de material expressivo que permita a fruição da fantasia, ou seja, que permita o desenho, a pintura, a colagem, a criação de figuras ou de histórias. Estariam implicados, portanto, lápis, borracha, lápis para colorir, papel, massa de modelar, giz e quadro negro, tesoura, cola, pincel e tintas guache, entre outros.

Existe um enorme instrumental lúdico que pode ser utilizado em psicoterapia. Independente do que a sala tenha à disposição ou do que a criança escolha fazer em qualquer sessão, a meta do profissional é ajudar a criança a exprimir sentimentos por intermédio de um processo criativo. Através de associações e reações afetivas despertadas pelo brincar o *infans* vai estabelecendo, aos poucos, os elos entre seus sentimentos e seus sintomas, construídos a partir das lacunas nas interações ambientais e sociais, progredindo em direção à autodescoberta, ao crescimentopsico-afetivo.

A criança, então, é levada a revivificar, na sua relação com o psicoterapeuta, as vivências fonte do material recalcado como algo contemporâneo. Essas reproduções têm como pano de fundo o conflito edípico e as reminiscências da situação dual mãe-filho, que, invariavelmente, encontram expressão no âmbito da transferência, da relação paciente-psicoterapeuta.

O processo de transferência, de tal modo, consiste em o paciente deslocar para o psicoterapeuta os afetos recalcados, isto é, não-destinados, em sua origem, a pessoas significativas, que ora encontram vazão na sessão ludoterapêutica; é, segundo Sandler, Dare e Holder (1986), uma forma de o paciente colocar em cena os sentimentos amorfos não elaborados ao longo do seu desenvolvimento mental. Estes, pois, ganham forma ao serem trabalhadosna consciência por intermédio da brincadeira. Isso capacita a criança a lidar com esse conteúdo e, conseqüentemente, combater as limitações que impedem a maturidade psicológica do sujeito.

Nessa conjuntura, livros infantis e, especificamente, contos de fadas – na qualidade de dispositivos lúdicos – não poderiam faltar. Apesar de Gutfreind (2010) afirmar que os contos ainda não se legitimaram como mediadores na psicoterapia da criança,

Abramovich(1989, p. 23) destaca que “o ouvir histórias pode estimular o desenhar, o musicar, o sair, o ficar, o pensar, o teatralizar, o imaginar, o brincar, o ver o livro, o escrever, o querer ouvir de novo. Afinal, tudo pode nascer dum texto!”.

Diríamos, igualmente, que também um texto pode nascer. Um fenômeno encontrado no tratamento psicanalítico da criança é a produção de narrativas ficcionais orais ou escritas, dentre elas, os contos de fadas. Através deles elas representam um mundo irreal, porém autoexpressivo.

Assim, de modo não-diretivo, ou seja, espontâneo, sem direcionamentos do psicoterapeuta, algumas crianças optam por dar materialidade aos seus afetos através de histórias do “Era uma vez...”. Isso significa que encontram nessa atividade lúdica uma forma segura de externar o intrapessoal. O clima de magia garante um distanciamento da realidade de maneira que não lhes gera angústia ou ansiedade permitir que sentimentos inconscientes entremostrem-se.

A fim de extrair do sujeito o que há de mais puro/genuíno, em contexto clínico não há ênfase na ortografia ou na gramática normativa. Não há censura. Interessa-nos o fluxo criativo, a elaboração das próprias experiências, conflitos e sentimentos pela criança. Importa-nos, pois, a materialização da subjetividade do *infans* com o objetivo de que lhe seja garantido, no tratamento, um desenvolvimento psicoemocional saudável.

Para tanto, a tarefa primeira do psicoterapeuta é criar um ambiente propício à brincadeira, à livre expressão da subjetividade dos pequenos. Por outro lado, é preciso interpretar os afetos criptografados na representação simbólica da atividade lúdica com base nas informações repassadas pelos pais ou responsáveis sobre a história de vida, acontecimentos importantes e significativos do passado do sujeito. Por último, é função do profissional intervir – com base na interpretação a que chegara – de forma que a criança possa reorganizar a realidade externa de maneira menos traumática; ou, como referiu Sandler, Dare e Holder (1986), de modo que possa encontrar, no ego, soluções conciliatórias entre os desejos inconscientes do id e os ditames da consciência moral do superego.

Conseguir que se chegue a esse estado de coisas a partir de um gênero tão abrangente – o conto de fadas – que, como diria Gutfreind (2010), se deixa embalar por vários campos do saber, mas não se deixa decifrar inteiramente por nenhum, pode ser mais acessível através de uma perspectiva e de um paradigma transdisciplinar. Julgamos, desse modo, que o quadro teórico-epistemológico-metodológico do Interacionismo Sociodiscursivo nos oferece subsídios para uma intersecção disciplinar e leitura possíveis. É nisso que nos debruçaremos no próximo capítulo.

20 INTERACIONISMO SOCIODISCURSIVO

2.1 Uma reflexão inicial

Devemos dizer que o que motiva esta pesquisa, em interface, é o fato de a linguagem estar na base dos estudos psicanalíticos. Isso porque, conforme vínhamos discutindo anteriormente, a singularidade do sujeito só se mostra através da palavra, do discurso. São as representações simbólicas que permitem a expressão ou a construção, em psicoterapia, do sentido de um sintoma, conduzindo o sujeito a uma outra forma de olhar para o seu adoecimento psíquico.

Assim, partindo de um campo do conhecimento para dialogar ou nos aventurar em outro, buscamos, acima de tudo, pontos de convergência entre eles. Essas interseções, conforme comenta Celani (1998), precisam implicar mais do que a justaposição dos ramos do saber, devem envolver a coexistência de um estado de interação dinâmica. Nesse sentido, a fim de dar conta das possíveis articulações entre linguagem e psicanálise, esse trabalho se situa na área de Linguística Aplicada (LA) e tem por base uma orientação teórico-epistemológica e metodológica interacionista sociodiscursiva.

Os apontamentos de Moita Lopes (2006, 2009) sobre os rumos que a Linguística Aplicada tem trilhado nos últimos anos coadunam-se com os propósitos deste estudo. Exatamente porque ousamos, com este trabalho, atravessar fronteiras disciplinares na construção de um objeto híbrido que seja responsivo às práticas sociais em que vivemos. Sobre o que chamou de Linguística Aplicada Indisciplinar (ou Transdisciplinar), diz ele:

Ela é indisciplinar tanto no sentido de que reconhece a necessidade de não se constituir como disciplina, mas como uma área mestiça e nômade, e principalmente porque deseja ousar pensar de forma diferente, para além de paradigmas consagrados, que se mostram inúteis e que precisam ser desaprendidos [...] para compreender o mundo atual (MOITA LOPES, 2009, p. 19).

No cenário mundial contemporâneo, em seu estado de contínua fluidez, não mais cabem a uniformidade, a verdade absoluta, as fronteiras fixas. Isso posto, o universo científico não pode desconsiderar essa intensa ebulição sócio-cultural-político-histórica da sociedade e continuar perpetuando a estabilização, a ordem, a condição de solidez de ideias. É, portanto, procurando alterar essa realidade que este estudo, com seu caráter transgressivo, dá um passo no sentido de permitir a coexistência de visões e conceitos outrora alheios.

Todavia, atuar de forma indisciplinar ou transdisciplinar não é uma tarefa fácil. Especialmente porque o que se exige, nessa perspectiva, é mais que a pura contribuição entre

campos do saber, mas a participação ativa, a influência mútua dos conceitos e dos métodos dos conhecimentos envolvidos.

Vemos, assim, que uma atitude indisciplinar ou transdisciplinar traz consigo, inerente à sua essência, o espírito de aventura, o risco e a incerteza, tendo em vista que se desprende da segurança e da infalibilidade oferecida pelo conservadorismo intelectual já consagrado. Operar neste paradigma, pois,

Exige coragem, imaginação, criatividade e iniciativa para uma reestruturação de atitudes, em um estado de incessante interpelação. Mas exige, também, uma reestruturação de organização: novos parceiros, novas concepções, novas abordagens, novas compreensões e novos sistemas. O que necessariamente exclui os sistemas preestabelecidos. O desenvolvimento de uma atitude transdisciplinar exige, acima de tudo, a disposição para a troca, a ajuda, a cooperação. É aqui que está a contribuição para a comunidade, tão condizente com a vocação da Linguística Aplicada (CELANI, 1998, p. 125).

Esse modo de pensar – afunilando uma perspectiva linguística no âmbito da LA – vai ao encontro dos ideais do Interacionismo Sociodiscursivo, doravante ISD. Primeiramente porque alicerçam uma concepção de atividade discursiva situada, revelada na interação com o outro e para a exclusiva situação enunciativa. Segundo porque, contrários a uma visão limitada do conceito, produção e uso social do conhecimento, reforçam o paradigma da trans/indisciplinaridade. A esse respeito,

O ISD [...] contesta, portanto, a divisão atual das Ciências Humanas/Sociais: nesse sentido, não é uma corrente propriamente linguística, nem uma corrente psicológica ou sociológica; ele quer ser visto como uma corrente da ciência do humano (BRONCKART, 2006, p.10, grifo do autor).

Nesse sentido, suas próprias bases conceituais reproduzem essa característica. É uma vertente de pensamento construída – e ainda em processo de formação – de múltiplos saberes, recebendo influência da Linguística, da Psicologia, da Sociologia, da Filosofia, da Pedagogia. Isso, conforme expõe Pereira (2009), lhe confere legitimidade para tratar das ações de linguagem, haja vista toda a complexidade que envolve tais ações.

2.2 Fundamentos teórico-epistemológicos

Iniciado na década de 1980 por Jean-Paul Bronckart e demais representantes do que se convencionou denominar Grupo de Genebra, o ISD instituiu-se como uma vertente do Interacionismo Social. Trata-se, portanto, de uma abordagem teórico-metodológica da linguagem que adere a uma posição epistemológica maior de que “as propriedades específicas das condutas humanas são o resultado de um processo histórico de socialização, possibilitado

especialmente pela emergência e pelo desenvolvimento dos instrumentos semióticos” (BRONCKART, 1999, p. 21).

Desdobram-se do pilar interacionista sociais cinco princípios básicos do ISD, sintetizados por Pinto (2007) e por Cristóvão (2008), a saber: 1) opondo-se às ideias positivistas de fracionamento das ciências, como princípio primeiro o ISD reconhece a interdependência entre os aspectos psicológicos, sociais e linguísticos das condutas humanas; 2) num segundo pilar, sustenta que os pré-construídos estão na base de todo processo de desenvolvimento humano, o que vai de encontro a todas as formas de idealismo da linguagem e das condutas humanas; 3) defende, pois, no terceiro fundamento, que socialização e individuação são vertentes complementares e indissociáveis do desenvolvimento humano; 4) uma quarta base arrazoa que todo desenvolvimento humano é sempre produto de um agir e toda ação humana é de ordem eminentemente social; e 5) por fim, em todo processo de desenvolvimento humano a linguagem desempenha papel fundamental e indispensável.

O não fracionamento das ciências e a consequente inclinação para uma única ciência do humano refletem a visão monista em que se ancora o ISD, assim como a base multidisciplinar que o quadro interacionista sociodiscursivo conseguiu imprimir a sua orientação teórico-epistemológica geral. Como já mencionamos anteriormente, o ISD é uma corrente que recebe influência de variados campos do saber que congrega, como mais expressiva representação, as concepções teóricas de Vygotsky (1991 [1930], 2000 [1934]), Bakhtin (1997 [1979]) e Volochinov (2006 [1929]), Saussure (2006 [1916]) e Habermas (1987).

Sobre isso, Pereira (2009) nos lembra, ainda, que a consolidação das bases conceituais a trajetória acadêmica de seu representante maior reproduzem o percurso interdisciplinar trilhado pelo ISD. Isso porque, segundo a autora, Jean-Paul Bronckart iniciou seus estudos na Psicologia para, mais tarde, percorrer os caminhos da Linguística e das Ciências da Educação. Essa trajetória também foi marcada por deslocamentos de ordem doutrinária. Sagrou-se originalmente numa orientação mais experimental e biologizante para, posteriormente, rejeitar os princípios inatistas e comportamentais do desenvolvimento e aderir a um viés dialético e histórico da genealogia humana.

Isso significa que, de encontro ao behaviorismo e, em especial, à epistemologia genética piagetiana, que concebe a maturação humana em termos de uma linha reta e contínua, o ISD aquiesce aos postulados vygotskyanos. Para Vygotsky (1991 [1930], 2000 [1934]), as interações sociais são essenciais para a transformação do homem de ser constitutivamente biológico em ser humano. São os significados culturais e históricos

transmitidos socialmente que fundam o sujeito e propiciam seu desenvolvimento. Longe de ser efeito de um ato isolado de um indivíduo, o desenvolvimento das funções superiores humanas é resultado do processo não linear e descontínuo da aprendizagem cultural.

Arrazando as proposições acima, temos que os pré-construtos (produtos e conhecimentos construídos historicamente e partilhados socialmente) estão na base do processo de desenvolvimento humano. Com efeito, os instrumentos semióticos estabelecem-se como ferramentas de interiorização do ambiente. Isso porque as informações nunca são absorvidas diretamente do meio, não há, assim, uma transposição direta, mas intermediada pelas relações interpessoais através da linguagem.

Todavia, para além dessa função estritamente social de apropriação da realidade circundante, os signos também organizam o funcionamento psicológico do indivíduo. Isso ocorre essencialmente porque o sujeito não se apresenta como um espelho, apenas refletindo o que se aprende. As informações internalizadas são reelaboradas, reinterpretadas numa espécie de linguagem interna. Como o próprio Vygotsky (1991 [1930], p.64) esclarece,

a) Uma operação que inicialmente representa uma atividade externa é reconstruída e começa a ocorrer internamente [...]. b) Um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal [...]. c) A transformação de um processo interpessoal num processo intrapessoal é o resultado de uma longa série de eventos ocorridos ao longo do desenvolvimento.

Resulta do que precede que a fala externa, comunicativa, voltada para outrem é matriz de significações da fala para si, planejadora e autorreguladora, a serviço da orientação mental e da compreensão consciente. Resgatando afirmação de Bronckart (2006, p. 63), “o pensamento humano é, portanto, devido à sua gênese, fundamentalmente semiótico e social”. Daí se pode concluir que socialização e individuação são vertentes complementares e indissociáveis do desenvolvimento humano.

Neste ponto de reflexão, não podemos deixar de resgatar os apontamentos bakhtinianos sobre o caráter dialógico e polifônico da linguagem. Especialmente porque Bakhtin (1997 [1979]) partilha a tese imediatamente supracitada de que o centro formador e organizador do psiquismo humano não se situa no interior, mas no exterior. O inter-humano é constitutivo do humano.

Ora, se partimos do pressuposto de que o pensamento humano funda-se no social, então, devemos considerar que nossa consciência não é neutra, ao contrário, está sempre perpetuando percepções de mundo, juízos e valores. Contemplando a natureza dialógica e polifônica da linguagem, Bakhtin (1997 [1979]) afirma que os discursos individuais nunca

deixam de estar perpassados pelas vozes de que foram originalmente constituídos, nem de interagir com outros discursos com os quais, implícita ou explicitamente, têm alguma ligação.

A palavra (e em geral, o signo) é interindividual. Tudo o que é dito, expresso, situa-se fora da “alma”, fora do locutor, não lhe pertence com exclusividade. Não se pode deixar a palavra para o locutor apenas. O autor (o locutor) tem seus direitos imprescritíveis sobre a palavra, mas também o ouvinte tem seus direitos, e todos aqueles cujas vozes soam na palavra têm seus direitos (não existe palavra que não seja de alguém) (BAKHTIN, 1997 [1979], p. 350).

Não obstante, apesar da alteridade manifesta na apropriação do discurso de outrem, Guizzo (2010) refere que há individualidade, unicidade, personalidade nas enunciações; não na acepção filosófica do subjetivismo cartesiano, mas no lugar no mundo que o indivíduo ocupa, que é único, e, assim, o diferencia de qualquer outro sujeito. Quando incorpora, reelabora e reestrutura o discurso alheio, o indivíduo imprime sua própria expressividade, seu tom valorativo, sua subjetividade.

Com base no que foi exposto até agora, fica evidente que o fenômeno linguístico não é, exclusivamente, imanente, isto é, produto de um sistema cognitivo inato. Por essa razão, ele não se apresenta homogêneo, unívoco e determinado. Esse ponto de vista, conforme ressalta Garcez (1998), apresenta modelos parciais e insuficientes de compreensão da complexidade da linguagem, que ressalta o biológico em detrimento do social. Volochinov¹⁶ (2006 [1929]) expõe com propriedade essa ideia:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato fisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (VOLOCHINOV, 2006 [1929], p. 125, grifos do autor).

Não por menos, o ISD concebe a linguagem como um processo amplo que ultrapassa a decodificação das formas linguísticas e a transmissão de informações. A postura interacionista sociodiscursiva revela a historicidade humana e a consequente dependência das produções languageiras de seu contexto acional e social. Isso é determinado pelo fato de que a língua não só precede de alguém como também se dirige a alguém.

Esse movimento interativo, de ação recíproca, abraçado pelo ISD, fundamenta-se, sobremaneira, em Bakhtin (1997 [1979]). O excerto a seguir corrobora essa afirmação:

¹⁶ É concordante no ISD, especialmente a partir da publicação do livro “Bakhtin desmascarado: história de um mentiroso, de uma fraude, de um delírio coletivo” (2012), de Jean-Paul Bronckart e Cristian Bota, que a obra “Marxismo e filosofia da linguagem” é de autoria de Valentin Nikolaevich Volochinov, e não de Mikhail Bakhtin, como muito se tem divulgado.

Os outros, para os quais o meu pensamento se torna, pela primeira vez, um pensamento real (e, com isso, real para mim), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação verbal. Logo de início, o locutor espera deles uma resposta, uma compreensão responsiva ativa. Todo enunciado se elabora como para ir ao encontro dessa resposta. O índice substancial (constitutivo) do enunciado é o fato de dirigir-se a alguém, de estar voltado *para o destinatário* (BAKHTIN, 1997 [1979], p. 320, grifo do autor).

Nas palavras do autor, a compreensão responsiva ativa funda a interlocução. São os propósitos intercambiais que influenciam, transformam e determinam a produção de um enunciado. Longe de se apresentar como uma função mental individual, a língua se organiza, adquire significação, assume sentido e se materializa em função do outro, por meio das práticas comunicativas.

Sob este pano de fundo, linguagem, segundo Bronckart (1999, 2006, 2008), é ação, *interação*. Os signos operam numa dimensão transindividual, veiculando representações coletivas inelutáveis esocialmente negociadas. A linguagem se apresenta, pois, como uma “produção interativa associada às atividades sociais, sendo ela o instrumento pelo qual os interactantes, intencionalmente, emitem pretensões à validade relativas às propriedades do meio em que essa atividade se desenvolve” (BRONCKART, 1999, p.34).

Essa concepção de linguagem como processo ativo e criativo, adotada pelo ISD, resgata os delineamentos habermasianos sobre o agir comunicativo. Para Habermas (1987), as ações de linguagem expressam acordos sociais sobre as pretensões à validade designativa do meio e cristalizam as representações do mundo ordinário, tornando-as compartilháveis e comunicáveis. O agir comunicacional, logo, constitui o meio pelo qual e no qual a intercompreensão se realiza. Ilustrando esse ponto de vista, Habermas (1987 apud BRONCKART, 2008, p.72, grifo do autor) acentua que

[...] os membros de um grupo constroem um acordo sobre o que é o mundo em que estão mergulhados e, em particular, sobre o que são os contextos do agir e sobre as propriedades das atividades coletivas de seu desenvolvimento. É por meio desse mecanismo de interação verbal que se constroem os *mundos representados*, que são o meio especificamente humano a partir do qual se avaliam todos os pensamentos e todo agir particular.

A respeito dos mundos representados, o autor reforça que são de três ordens: o mundo objetivo, o mundo social e o mundo subjetivo. O *mundo objetivo* refere-se aos parâmetros do ambiente. Assim admitido, tem status realista, ontológico, e exhibe pretensões à verdade dos conhecimentos. Ao situar suas coordenadas no mundo objetivo, o indivíduo age teleologicamente. A ação teleológica, portanto, possui sua gênese na intervenção do homem no mundo físico, ao confrontá-lo segundo suas necessidades. O *mundo social* refere-se à organização normativa de um espaço social comum. Tem função reguladora e exhibe

pretensões à conformidade em relação às regras, valores e convenções partilhados pelos membros de um grupo. Implica, assim, um agir regulado por normas. Por último, o *mundo subjetivo* refere-se às experiências pessoais, à autorrepresentação estilizada da realidade circundante. Em face disso, tem caráter afetivo e exhibe pretensões à sinceridade ou à autenticidade em relação ao que os sujeitos mostram de si mesmos. Sugere, então, ações dramatúrgicas que incorporam um saber relativo à própria subjetividade ou individualidade, daquele que age.

As atividades de linguagem, logo, mobilizam pressuposições abstratas sobre esses três mundos e, conforme observa Pereira (2009, p.120), criam “o distanciamento com o meio, tornando, assim, possível a autonomização da produção semiótica”. Isso denota que as ações de linguagem permitem a simbolização da realidade, ao passo que configuram representações sobre os mundos habermasianos, tais como o sujeito as interiorizou.

Cabe, entretanto, mencionar que, apesar da independência funcional da língua, o agir comunicativo é, necessariamente, articulado ao agir praxiológico. Em outros termos, as condutas verbais são, fundamentalmente, interdependentes das condutas não-verbais. As primeiras visam estabelecer o acordo interpessoal necessário para a realização em sociedade das diversas formas de materialidade das segundas.

Com base nestas constatações, podemos inferir que os conhecimentos construídos, a significação e a racionalidade imanente ao mundo, o processo de internalização da experiência e, por conseguinte, o desenvolvimento humano, são sempre produtos de um agir; e que toda ação humana é de ordem eminentemente social.

Ante os desdobramentos teórico-epistemológicos do ISD alcançados até este ponto, não podemos concluir esse tópico senão considerando que, em todo processo de desenvolvimento humano, a linguagem desempenha papel decisivo – e isso, conforme evidenciamos, faz ponto de intersecção com a psicanálise. É por meio dela que se constrói uma memória de pré-construídos sociais, que se formam as pessoas individuais, que se organizam as ações humanas e que se redefinem os parâmetros da coletividade.

Eis, então, que passamos, a seguir, a analisar o conjunto de fatores que influenciam a organização e a materialidade empírica de uma ação de linguagem. É conveniente, pois, adiantar que a ação situada, sobre a qual um agente singular assume responsabilidade – chamada por Bronckart (1999, 2006, 2008) de *ação significativa* – não pode ser objeto de uma explicação causal, mas de uma interpretação compreensiva, em que sejam consideradas as representações proativas (as intenções) e retroativas (os motivos) do sujeito.

2.3 Perspectivas de análise

Antes de apresentarmos os procedimentos de análise e interpretação do agir comunicativo propostos pelo ISD, parece-nos necessário esclarecer as definições adotadas pelo quadro interacionista sociodiscursivo no que se refere aos conceitos de texto e de gênero textual.

Para Bronckart (1999), o agir comunicativo, que designa a realidade linguageira constituída de práticas de linguagem situadas, organiza-se em textos¹⁷. O texto, portanto, é um enunciado, oral ou escrito, no plano das ações sociais. Ele corresponderia, segundo o próprio autor, a uma unidade comunicativa ou interativa global, acabada e autossuficiente, permeada de valores históricos e socioculturais, que veicula uma mensagem linguisticamente organizada e que tende a produzir um efeito de coerência sobre o destinatário, considerada sua inscrição espaciotemporal.

Em decorrência das especificidades quanto à situação de interação na qual são produzidos, aos atores sociais envolvidos, às condições sociohistóricas, à função, organização e conteúdo veiculado, os textos agrupam-se em gêneros. Os gêneros textuais designam, assim, o conjunto de textos que apresentam características comuns. São, conforme nomeou Bronckart (1999, 2008), *espécies de texto* ou *arquitextos* de uma comunidade linguageira.

Desdobrando esse conceito, Matencio (2007, p.58) refere que gêneros textuais são “artefatos (instrumentos) sociocognitivamente construídos, com base nos quais o sujeito se orienta ao projetar o jogo de imagens entre os interlocutores e o espaço e o tempo da interação e ao textualizar”. Isso significa que o sujeito molda seu dizer às formas de um gênero no interior de uma atividade ou, dito de outra maneira, que os gêneros são a base de modelização das ações de linguagem.

Contudo, conforme discute Bronckart (1999, 2008), embora dotadas de indexações sociais e valor estético, a rigor, essas formas e modelos não são estabilizados, rígidos, prontos e acabados, apresentam-se, apenas, como categorias operativas que orientam a ação social, fluidas quanto à emergência de novas motivações sociais e ao surgimento de novas circunstâncias de comunicação.

Considerando, então, as noções apresentadas, Bronckart (1999) propõe – e rediscute em Bronckart (2006, 2008) e em Machado e Bronckart (2009) – uma metodologia compreensiva global para análise de textos, pertencentes aos diferentes gêneros, que incide nas características estruturais e funcionais da ação de linguagem. Em tal metodologia encontramos

¹⁷ A noção de texto da qual se utiliza o ISD se assemelha à noção bakhtiniana de discurso.

elencados dois tipos de análise: uma análise de conteúdo e uma análise textual/discursiva, esta última organizada em três camadas superpostas e divididas de acordo com as estruturas e unidades linguísticas enfocadas – o nível organizacional, o nível enunciativo e o nível semântico (MACHADO; BRONCKART, 2009).

A análise de conteúdo, primeiramente, pressupõe a apreciação do contexto sociointeracional de produção. Aqui, devem ser apreciados os parâmetros da situação de ação de um agente num contexto mais imediato e num contexto social mais amplo.

Sobre o contexto imediato, ou a situação de ação de linguagem que deu origem ao texto, são considerados o lugar e o momento de produção, os agentes da interação e seus respectivos papéis sociais e o objetivo da enunciação. Essas características englobam as especificidades do contexto físico que deu origem ao texto assim como, particularmente, do contexto sociosubjetivo. Além disso, o contexto imediato inclui também o conteúdo temático expresso no texto. O conjunto de informações que nele são explicitamente apresentadas retratam concepções singulares disponíveis ao actante através dos traços de memória ativados na exclusiva situação discursiva.

Sobre o contexto social geral, macro, que extrapola os limites do imediato, apresenta-se como objeto de análise a situação sociohistórica da ação linguageira. Estariam, aqui, implicados os pormenores sociais, históricos, ideológicos e culturais que circunscrevem o momento da enunciação.

Com base nessa análise de conteúdo, “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do próprio interior, a estrutura da enunciação” (VOLOCHINOV, 2006 [1929], p. 115-116). É importante frisar que, apesar da apresentação justaposta, esses contextos não são independentes e indiferentes uns aos outros; pelo contrário, encontram-se em interação constante.

No primeiro estrato da análise textual/discursiva, ou seja, no nível organizacional, é sugerida, de acordo com Machado e Bronckart (2009), uma apreciação da infraestrutura geral do texto e dos mecanismos de textualização, cujos elementos constituintes passam a ser explicitados a seguir.

No que tange, especificamente, à infraestrutura geral textual, são consideradas a constituição e a disposição das diferentes partes do todo. Fazem parte, pois, enquanto unidades dessa estrutura linguística: o plano geral do texto, os tipos de discurso e as sequências textuais.

O plano geral de um texto representa o arranjo do conjunto do conteúdo temático, codificado em um resumo da organização sucessiva dos conhecimentos temáticos

mobilizados pelo agir. Já os tipos de discursos podem ser definidos como “segmentos de texto que se caracterizam pela mobilização de subconjuntos particulares de recursos linguísticos [...] e que revelam a construção de um determinado mundo discursivo” (BRONCKART, 2008, p. 89).

Neste ponto, para nos fazermos entender, é conveniente distinguimos o mundo discursivo do mundo ordinário. Este está relacionado à atividade humana propriamente dita, enquanto aquele corresponde aos mundos interativos criados por essa atividade humana. Segundo Bronckart (1999, 2006, 2008), os mundos discursivos, especificamente, podem ser apresentados como acessíveis ao mundo ordinário dos interactantes e, por isso, serem caracterizados como da ordem do *expor*; ou podem não estar vinculados ao mundo ordinário, mas a um “outro lugar”, um mundo parecido, e, também por isso, serem caracterizados como da ordem do *narrar*. Assim, no primeiro caso, em que as coordenadas gerais que organizam o conteúdo temático de um texto não se distanciam do mundo ordinário, dizemos que tais coordenadas são conjuntas às ações de linguagem; no segundo, em que as coordenadas se distanciam do mundo ordinário, dizemos que são disjuntas às ações de linguagem.

Ainda, associadas a essas representações sobre o conteúdo temático, temos a relação que os agentes mantêm com os parâmetros materiais da ação linguageira. Desse modo, quando um texto, ou fragmento de texto, explicita essa relação, dizemos que há um estado de *implicação* mobilizado pela ação comunicativa; quando essa relação não é explicitada, o texto apresenta-se em um estado de *autonomia* aos parâmetros da ação de linguagem.

Encerrando esse raciocínio, Bronckart (2008, p. 91, destaques e grifos do autor) apresenta as combinações binárias possíveis:

O cruzamento do resultado dessas decisões produz, então, quatro mundos discursivos: NARRAR implicado, NARRAR autônomo; EXPOR implicado, EXPOR autônomo. Os mundos assim definidos são expressos por quatro tipos de configurações de unidades linguísticas que chamamos, respectivamente, de *relato interativo*, *narração*, *discurso interativo* e *discurso teórico*.

Esses quatro tipos fixos de configurações de unidades linguísticas são o que, em resumo, Bronckart (1999, 2006, 2008) denomina de tipos de discurso, objetos de análise da infraestrutura textual, para a qual retornaremos no parágrafo subsequente, mas não sem antes enfatizar que, de acordo com Lousada (2010), a diferença entre gêneros textuais e tipos de discursos consiste em uma das grandes contribuições do ISD. Assim, segundo Bronckart (2006), os gêneros textuais são modos de ação de linguagem sociohistoricamente elaborados e estritamente dependentes das situações interativas postas em cena nas atividades

praxiológicas, enquanto os tipos de discurso são unidades linguísticas, em número finito de quatro, suscetíveis a entrarem na composição de qualquer gênero.

No interior dos tipos de discurso aparecem as sequências textuais que, conforme entendimento de Adam (2008), equivalem a fragmentos de textos, que apresentam características linguístico-estruturais constantes, interligados ou combinados de acordo com a necessidade composicional da produção de linguagem. De acordo com o autor, os tipos prototípicos das sequências textuais são: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa, injuntiva e dialogal. Portanto, no nível da infraestrutura geral textual, está abarcada a identificação dos tipos de sequências predominantes num texto, por meio do reconhecimento da disposição do conteúdo e de sua função.

Também fazem parte do nível organizacional de análise textual/discursiva os mecanismos de textualização, que contribuem para dar ao texto linearidade, apesar da eventual heterogeneidade de suas articulações hierárquicas, lógicas e temporais. Subdividem-se em três unidades micro: conexão, coesão nominal e coesão verbal.

Os mecanismos de conexão contribuem para marcar as articulações da progressão composicional por meio dos organizadores textuais. Trata-se, desse modo, da amarração entre as ideias do texto, conferindo-lhe coerência temática. Os mecanismos de coesão nominal introduzem as unidades novas de informação e asseguram as suas retomadas por meio de processos anafóricos. E, enfim, os mecanismos de coesão verbal organizam a temporalidade dos acontecimentos, estados ou ações referidos no texto por meio dos tempos verbais ou das unidades temporais associadas.

O segundo nível de análise textual/discursiva indica uma apreciação do tipo enunciativo. Os elementos enunciativos contribuem para o estabelecimento da coerência pragmática do texto, esclarecendo as vozes que assumem aquilo que é enunciado e tornando explícitas as apreciações subjetivas (sentimentos, julgamentos e opiniões) que tais instâncias enunciativas formulam a respeito de aspectos do conteúdo temático.

O jogo de vozes presente no texto vivificam as entidades que se responsabilizam pelos pronunciamentos enunciativos postos em cena na ação de linguagem, sejam elas entidades personificadas (personagens), instâncias sociais (instituição, grupo social, senso comum) ou o próprio autor empírico.

Já as avaliações formuladas sobre alguns aspectos do conteúdo temático têm sido designadas, segundo Bronckart (1999), pelo termo modalização. As modalizações corporificam-se por meio de unidades ou grupo de unidades linguísticas e, de acordo com a

função que expressam, podem ser categorizadas em: lógicas, deônticas, apreciativas e pragmáticas.

As modalizações lógicas introduzem um julgamento sobre o valor de verdade das proposições enunciadas, tidas como certas ou incertas, possíveis ou impossíveis, prováveis ou improváveis, etc.; as deônticas avaliam o que é enunciado a partir dos valores coletivos, isto é, os fatos podem ser permitidos ou proibidos, necessários ou desnecessários, desejáveis ou indesejáveis, etc.; as apreciativas estão relacionadas aos valores subjetivos do avaliador, atribuídos enquanto bons ou maus, estranhos ou não, benéficos ou maléficos, etc.; e, por fim, as pragmáticas consistem em julgamentos sobre a responsabilidade de um dos personagens do texto, fundamentalmente em relação ao seu processo de atuação, ou seja, sua capacidade de ação (poder-fazer), suas intenções (querer-fazer) e sua razão de agir (dever-fazer).

Por fim, o último nível de análise textual/discursiva, o nível semântico, envolve uma apreciação da semiologia do agir (MACHADO; BRONCKART, 2009). Em geral, as pesquisas que focam esse estrato se debruçam sobre o agir docente – universo próprio/nato de atuação da Linguística –, sobre o trabalho do professor e as reconfigurações de suas ações a partir de uma operação de textualização (CRISTÓVÃO, 2011; MACHADO, 2009; MACHADO, LOSADA e FERREIRA, 2011; MEDRADO e PÉREZ, 2011). Nessa direção, os elementos pertencentes aos níveis organizacional ou enunciativo servem de alicerces para identificar elementos semânticos ou as representações do agir do docente.

Por nossa vez, vamos além, com essa pesquisa, explicitando uma interpretação dos aspectos subjetivos do agir que ultrapassa o contexto de ensino-aprendizagem e, nesse sentido, se inclina para as representações e reconfigurações do agir de outro sujeito da enunciação: o paciente em processo psicoterapêutico. Isso porque, conforme demonstramos no capítulo anterior, os textos produzidos no *setting* psicanalítico são fontes de conhecimento intrapessoal e desenvolvimento humano.

No capítulo subsequente, portanto, descreveremos como a análise desses estratos textuais foi empregada para compreensão da subjetividade materializada nos contos de fadas escritos por crianças em ambiente clínico. Antes disso, porém, discutiremos a questão da subjetividade humana no quadro do ISD.

2.4 A questão da subjetividade à luz do ISD

No que se refere aos processos de construção do psicológico, o ISD se alinha aos postulados vygotskyanos que, em particular, se centram na emergência do pensamento

consciente dos organismos humanos. Vygotsky (1991 [1930], 2000 [1934]) mostrou, fundamentalmente, que é a apropriação, pela criança, das unidades de significação da língua do seu meio que provoca a discretização do psíquico, mais designadamente das capacidades autorreflexivas.

Logo, o processo de internalização da realidade externa (social e objetiva), por intermédio da instância verbal/comunicativa, pressupõe o desenvolvimento das funções mentais (pensamento abstrato, planeamento, comportamento intencional). Nessa direção, a grande contribuição dos trabalhos vygotksyanos está na compreensão das relações sociais, sempre mediadas pelos signos de uma língua natural, para o desenvolvimento da consciência.

Sob este prisma, num primeiro momento, os desígnios inconscientes parecem apagados da obra do autor russo. Contudo, ao rematar a discussão sobre a conexão pensamento-linguagem, percebemos que ele dá um passo importante no sentido de atestar a influência dos sentimentos no conjunto do funcionamento psicológico. Em Vygotsky (2000 [1934], p. 187), encontramos a seguinte passagem:

Chegamos assim ao último passo da nossa análise do pensamento verbal. O pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é pelos nossos desejos e necessidades, os nossos interesses e emoções. Por detrás de todos os pensamentos há uma base afetivo-volitiva, que detém a resposta do verdadeiro por quê da análise do pensamento. Uma verdadeira compreensão do pensamento de outrem só é possível quando tivermos compreendido sua base afetivo-volitiva.

Carece-nos, então, apontar que, nesse fragmento, o autorassevera que a razão ou o pensamento consciente (ego) é motivado não apenas a partir da interação com a coletividade, a civilização e as regras sociais (superego), mas, em sua essência, pelos sentimentos despertados a partir dessas vivências (id). Pois que, com essa reflexão, Vygotsky corrobora com a estrutura freudiana do aparelho mental.

Da maneira como nos posicionamos acima, a base afetivo-volitiva de que fala Vygotsky corresponderia aos sentimentos humanos mais íntimos, recalcados e, portanto, inconscientes, que não cessam de se inscrever na consciência e ditar nossas ações.

A formulação de Érnica (2007, p. 134), abaixo, nos autoriza a confirmar nosso posicionamento:

[...] para Vygotsky, por intermédio da interiorização das formas sociais, os resíduos de energia potencial inconscientes podem ser transformados em emoções que o indivíduo pode tomar para si e que exatamente por essa razão podem ser transformadas em emoções integradas às capacidades do indivíduo agir sobre si e sobre o mundo.

Por outro lado, Lacan (1998) assegura que o inconsciente insiste em aproveitar-se das brechas do discurso consciente para deixar suas marcas. Otrecho a seguir, retirado do

texto de Ferreira Netto (2011, p. 33-34), ratifica a presença dos ímpetos inconscientes nas nossas ações reflexivas, autorreguladoras e conscientemente controladas:

[...] o inconsciente cuida de aproveitar qualquer chance possível para trazer de volta o recalcado à sua pátria, à consciência, mesmo contrariando a vontade do sujeito [...]. É que existe uma determinação psíquica fazendo com que as palavras não surjam por acaso, por mais que tomemos o cuidado de só dizer aquilo que, de fato, pensamos e queremos dizer.

Podemos, agora, com maior propriedade, afirmar que é impossível dissociar o inconsciente da razão, do pensamento consciente. Simplesmente porque os mecanismos inconscientes perpassam a consciência a todo o momento, e, por isso, estão integrados às capacidades de ação humanas.

Não haveria de ser diferente já que a unidade básica de análise do inconsciente psicanalítico são os textos – orais, escritos, corporais, lúdicos – produzidos no *setting* psicoterapêutico, que se constituem em ação linguageira. Acreditamos que isso, em especial, rebate a crítica interacionista sociodiscursiva de que os psicólogos de inspiração psicanalítica se “limitam a uma abordagem dos fenômenos psíquicos que abandona totalmente o problema de seu substrato material [...] fazendo abstração das dimensões comportamentais, históricas e sociais do desenvolvimento humano” (BRONCKART, 1999, p. 25). Contrário ao entendimento bronckartiano, o objeto de análise da psicanálise é uma ação significativa, tal como entendida no cerne do ISD, no conjunto de seus componentes mentais, comportamentais e sociais, acrescidos, porém, os emocionais.

Inspirado nos apontamentos vygotskyanos, o ISD se ancora na tese de um indivíduo pensante, que erige enquanto organismo consciente a partir das suas relações sociais e objetais com o universo pelo qual está envolto. Entretanto, psicólogo de formação, Bronckart(2006), apesar de não considerá-lo como objeto de análise dentro dos aportes interacionistas sociodiscursivos, atesta a existência do inconsciente humano. Isso, em particular, fica claro e pode ser confirmado na passagem bronckartiana abaixo:

O trabalho de socialização das representações não incide jamais sobre a totalidade das construções mentais do mundo vivido. Ao lado das representações racionais (ou negociadas por meio da linguagem) subsistem, portanto, as *representações idiossincráticas* ou irracionais (no sentido literal do termo), que constituem o objeto das abordagens de tipo psicanalítico (BRONCKART, 2006, p.85, grifo do autor).

Desdobrando esse fragmento, observamos que o autor admite que o funcionamento psíquico humano é composto por representações racionais e irracionais (ou, usando os termos psicanalíticos próprios, conscientes e inconscientes, respectivamente). As representações

racionais, logo, estariam atreladas ao pensamento, à consciência e, por esse motivo, seriam dignas de serem negociadas por meio da linguagem.

Não obstante, abrindo nosso campo de entendimento, o excerto acima é parte da revisita do genebrino às formulações vygotskyanas. Isso implica que a maneira como nos posicionamos anteriormente, no que concerne à inscrição na consciência de uma base afetivo-volitiva inconsciente, também se aplica ao ISD. Bronckart (2004 apud MACHADO e BRONCKART, 2009, p. 49) parece reconhecer esse fato ao apontar que “nossa concepção de ação de linguagem apresenta lacunas importantes [...] de fato, não levamos em conta as dimensões afetivo-emocionais do agente-produtor do texto”.

O estudo de Érnica (2007), na direção contrária, evidencia a expressão do inconsciente nos textos artísticos. Segundo ele, a experiência estética consente a emergência das emoções idiossincráticas e abre possibilidade de elas tornarem-se inteligentes, ou seja, autoriza que o sujeito tome para si, conscientemente, as dimensões inconscientes, bloqueadoras de seu desenvolvimento possível. Isso, em especial, conforme já referimos nesse estudo, é a grande proposta da teoria e da técnica psicanalítica. Nesse âmbito, os contos de fadas (também expressões estéticas) aparecem como instrumentos capazes de possibilitar que a criança elabore na consciência as forças psíquicas recalcadas, rumo a um desenvolvimento psíquico-emocional mais saudável.

O *setting* psicoterapêutico constituir-se-ia, então, como espaço ordinário por excelência, no qual os mecanismos inconscientes seriam lidos e interpretados, e onde, conseqüentemente, o desenvolvimento humano seria possível. Adentremos, pois, no capítulo seguinte, nas análises das produções textuais elaboradas nesse ambiente díspar.

3ANÁLISE DAS SUBJETIVIDADES MATERIALIZADAS NAS AÇÕES DE LINGUAGEM

3.1 Metodologia

Por efeito dos apontamentos discutidos no decorrer dos dois primeiros capítulos, partimos do pressuposto de que, no processo de semiotização da ação linguageira em texto escrito – em questão, os contos de fadas –, as crianças em processo de intervenção psicanalítica mobilizam um conjunto de capacidades de linguagem que se tornam cenário de projeções de fantasias, desejos, ansiedades, frustrações e conflitos interiores e, logo, o primeiro passo no caminho de proporcionar a liberdade e a fluidez de revelar a subjetividade de seu agente-produtor.

Portanto, relembramos que o objetivo maior desse estudo é identificar os aspectos subjetivos materializados nos contos de fadas produzidos por crianças no *setting* psicanalítico à luz do quadro teórico-epistemológico e metodológico do ISD. Repassando nossos objetivos secundários, procuramos: evidenciar que as formações inconscientes também subjazem às ações de linguagem; demonstrar que os mecanismos inconscientes corporificados na ação de linguagem são tão dependentes da internalização e representação da experiência quanto as construções racionais; e estabelecer uma articulação entre o universo social e a realidade intrínseca, retratada no texto escrito, das crianças sujeitos de pesquisa. Segundo já nos posicionamos, desta maneira, buscamos operar no âmbito de uma Linguística Aplicada Indisciplinar ou Transdisciplinar, propondo o entrecruzamento entre Linguística e Psicanálise.

Com o fim de atingir nossos objetivos, então, realizamos uma pesquisa documental de abordagem qualitativa, na qual foram analisados três contos de fadas escritos por crianças, entre 8 e 11 anos de idade, no *setting* psicanalítico, em processo psicoterapêutico com esta pesquisadora, e psicóloga, que vos escreve. Para consubstanciar as análises das produções textuais objetos de investigação, foram também consultadas informações obtidas em entrevista de anamnese¹⁸ com os pais ou responsáveis legais das crianças, sobre os sintomas manifestos e a situação de vida pessoal, social e familiar dos pequenos.

Destaque-se que todo tipo de material expressivo produzido em sessão ludoterapêutica (desenhos, pinturas, colagens, textos), bem como o registro, em diário

¹⁸Entrevista semiestruturada realizada pelo profissional de saúde na qual o paciente (ou o responsável por ele, no caso de menor ou incapaz) tem a liberdade de expor sua história de vida, suas queixas e dificuldades começando por onde preferir e incluindo o que desejar, com a intenção de ser ponto inicial ao diagnóstico e tratamento.

clínico¹⁹, de dados e informações colhidas sobre o paciente, nas consultas com os pais ou no decorrer do processo psicoterapêutico, compõem um acervo sigiloso e pessoal, que deve ser arquivado, como um banco de dados, a fim de dar subsídios às interpretações do profissional em seu labor clínico.

Nesse sentido, lançamos mão do banco de dados da Clínica-Escola de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba – onde esta psicóloga desenvolve suas atividades –, enquanto órgão de apoio didático-científico, com previsão regimental expressa de proporcionar campo de pesquisa para alunos de graduação e pós-graduação da Instituição.

A fim de preservar o sigilo, intrínseco à ética profissional do psicólogo, foi garantida a mais absoluta confidencialidade sobre todo e qualquer dado de identificação dos *infans* e familiares envolvidos nesse estudo, tal como explícito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelo responsável legal das crianças sujeitos de pesquisa. Reforçando esse posicionamento, esse estudo foi submetido à apreciação, e aprovado, pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Prot. nº 021/13 CEP/CCS/UFPB e CAAE: 12100012.9.0000.5188) da Universidade Federal da Paraíba. Sob este panorama, os riscos são mínimos, uma vez que mantido o anonimato das pessoas envolvidas e assegurado que as informações obtidas na pesquisa não sejam utilizadas em prejuízo dos indivíduos.

No que tange aos procedimentos de análise dos dados, alicerçamos nossas apreciações nas características linguísticas e paralinguísticas das operações de planificação de linguagem, análogo ao proposto por Machado e Bronckart (2009). Destarte, no primeiro conto de fadas, nos detivemos aos mecanismos subjetivos que, materializados no texto, vão influenciar o conteúdo temático a partir das condições de produção textual e do contexto sociointeracional da ação. Já na segunda narrativa, empreendemos uma compreensão da subjetividade corporificada no nível organizacional textual, em que são consideradas a constituição, a disposição e o enlace das diferentes partes do todo. No terceiro texto, exploramos os aspectos subjetivos que dão corpo aos posicionamentos enunciativos e às avaliações formuladas sobre o conteúdo temático da ação linguageira. Por último, as três histórias subsidiaram uma leitura sobre a semântica do agir na direção de vislumbrar as representações subjetivas e as reconfigurações das ações dos sujeitos agentes-produtores das narrativas.

¹⁹ O diário clínico corresponde ao prontuário individual do paciente onde ficam anotados os dados pessoais, as queixas que demandaram o atendimento clínico, as informações sobre a história de vida do sujeito, os registros de sessões ou de quaisquer outros fatos relevantes.

A escolha pontual de um dos níveis da metodologia compreensiva global para análise de um conto específico levou em consideração aquilo que mais se sobressaiu, se destacou, se avultou, das características estruturais e funcionais, em cada ação de linguagem.

Às produções simbólicas enunciativas, foram associadas as queixas psicológicas e a situação de vida pessoal, social e familiar das crianças, tais como descritas nas entrevistas de anamnese com os pais ou responsáveis legais das crianças. Centramos nosso interesse nos processos projetivos significantes, nas representações imaginativas na evidenciação da subjetividade manifesta e latente do agente.

3.2 Contextualização de pesquisa

Referimo-nos anteriormente que o *locus* terapêutico ilumina um lugar social de produção textual ímpar. Isso porque, por natureza, o *setting* clínico é delineado como o espaço privilegiado do discurso, onde se empreende uma relação dialógica intersubjetiva entre paciente e psicólogo, numa estrutura baseada no falar/escutar. Nesse contexto acional de interação, portanto, o psicólogo, revestido de saber e experiência, torna-se destinatário da mensagem do paciente enunciador.

Todavia, não importa exclusivamente receber a palavra, mas acolhê-la. A condição essencial para que isso ocorra é que haja transferência, isto é, que o paciente permita transpor ao psicólogo seus sentimentos e dificuldades íntimas. Assim, o papel desse interlocutor especializado é o de facilitador, de alguém encarregado de possibilitar a vazão do sintoma do outro e permitir sua reescrita. O objetivo maior da ação, portanto, é o desenvolvimento humano ou, como refere Winnicott (1975), o crescimento individual, a personalidade total, a experiência de sentir-se real.

Ante as particularidades do dizer das crianças, a ludicidade e a fantasia adquirem em psicanálise importância díspar, única. O cerne dessa importância é propiciar um ambiente livre de censuras, no qual a criança seja capaz de superar as resistências, de viver imaginativamente e de expressar verdadeiramente seu mundo interior. Se resgatarmos os mundos habermasianos, diríamos que a intenção é facilitar uma ação dramatúrgica autêntica, sincera em relação ao que a criança mostra de si.

Sob este prisma, a sala da Clínica-Escola de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba, na qual as crianças sujeitos de pesquisa produziram suas narrativas, eram dotadas de um instrumental lúdico composto de bonecas(os), panelinhas, casinha, carrinhos,

animaizinhos, bola, jogos, blocos de montar, fantoches, instrumentos musicais, assim como de um grande conjunto de material expressivo, dos quais podemos citar: papel, tesoura, cola, cordão, tintas guache, pincéis, canetas, lápis, borracha, massa de modelar e toda sorte de lápis para colorir. Incluíam-se também contos de fadas e outras histórias literárias infanto-juvenis.

Iniciada a sessão, a criança tinha total liberdade para escolher a atividade que iria desenvolver ou com qual/quais brinquedo(s) iria trabalhar. Ao psicólogo não cabia, pois, qualquer direcionamento. Sua função específica consistia em observar, compreender e cooperar com a criança. Nesse sentido, os contos em análise neste estudo foram produções espontâneas, realizadas sem nenhuma orientação diretiva.

Não podemos deixar de pontuar, entretanto, que não são numerosas as produções escritas, de qualquer natureza, no âmbito do trabalho ludoterapêutico. Como refere Oaklander (1980), não porque não haja valor nisso, mas porque a maior parte das crianças confiadas a atendimento não teve ou tem boas experiências com produção textual. Sobre isso, expõe: “Lamento que a maioria das crianças tenha relutância em escrever, pois acho que a redação é um dos instrumentos mais satisfatórios, valiosos e efetivos para a autoexpressão e autodescoberta” (OAKLANDER, 1980, p. 115). Esse dado, em particular, justifica a pequena quantidade de histórias analisadas nesta pesquisa, todavia, não limita que debatamos, com afinco, nossos objetivos.

O valor que tem a produção de um conto de fadas em psicanálise infantil está no fato de, primeiramente, os exemplares do gênero alvitram conflitos existenciais comuns a todo ser humano, além de contribuírem para que a criança não sinta ansiedade ou angústia ao expressar suas vivências emocionais. O enredo irreal e o clima de magia que se instaura garantem o distanciamento necessário e uma atmosfera segura para que o *infans* manifeste seu mundo subjetivo. O dispositivo conto de fadas permite, assim, que se estabeleça um espaço virtual que já designamos nesse estudo, recuperando denominação de Runberg (1993 apud GUTFREIND, 2010), *safekeep*.

Com esse cenário interno, as ações de linguagem que passaremos a analisar foram realizadas em sessões clínicas individuais, com duração de três quartos de hora, em periodicidade de um encontro semanal. Enquanto emissora de um dizer, a criança, no papel social de paciente, direcionava suas enunciações ao interlocutor, no papel social de psicólogo, situado nas mesmas coordenadas do espaço-tempo dela e, logo, apto a interagir na concreta situação discursiva.

Todos esses dados do contexto sociointeracional imediato deixam entrever o modelo de *gênero da atividade profissional*²⁰ psicoterapia e são comuns a todos os textos abrangidos por nossa amostra, sigamos, pois, adiante a fim de revelar as especificidades.

3.2.1 A *floresta encantada*: análise do conteúdo temático

Nessa primeira análise buscaremos demonstrar que o conteúdo temático de uma produção escrita pode se apresentar enquanto indício ou marca das formações subjetivas corporificadas, a partir das condições de produção textual ou do contexto sociointeracional da ação. Logo, atuaremos resgatando a primeira camada da metodologia compreensiva global para análise de textos, conforme apresentaram Machado e Bronckart (2009), que enfoca a apreciação do conteúdo.

Apresentemos, assim, na íntegra, *A floresta encantada*, um conto de fadas escrito por uma menina de 8 anos de idade, a qual denominaremos Noemi²¹. A criança é encaminhada para atendimento psicoterapêutico por apresentar crises de sonambulismo e terror noturno. A entrevista de anamnese com a mãe da garota revela que, filha mais velha de uma prole de três, a menina sempre dormiu no quarto dos pais. “Desde bebê o berço era só de enfeite” (SIC²²). Possui sono agitado, só dorme no horário dos adultos e sempre vai para a cama acompanhada dos progenitores. Por sua vez, o pai, com quem Noemi tem uma ligação muito forte, abdica de seu espaço na cama do casal para cedê-lo à filha, que, caso tenha sua expectativa frustrada, chora incessantemente. As lágrimas da criança sempre acabam por convencer o casal, que se curva à insistência da menina.

Relatos da progenitora referem que os episódios de sonambulismo e terror noturno são coincidentes com o início da tentativa dos pais de que Noemi passe a dormir no seu próprio quarto, assim como fazem os irmãos mais novos. As tentativas de empreender a mudança foram acompanhadas do arranjo de um quarto atraente (equipado conforme expectativa da garota) e de conversas explicativas sobre a necessidade de a menina dormir em

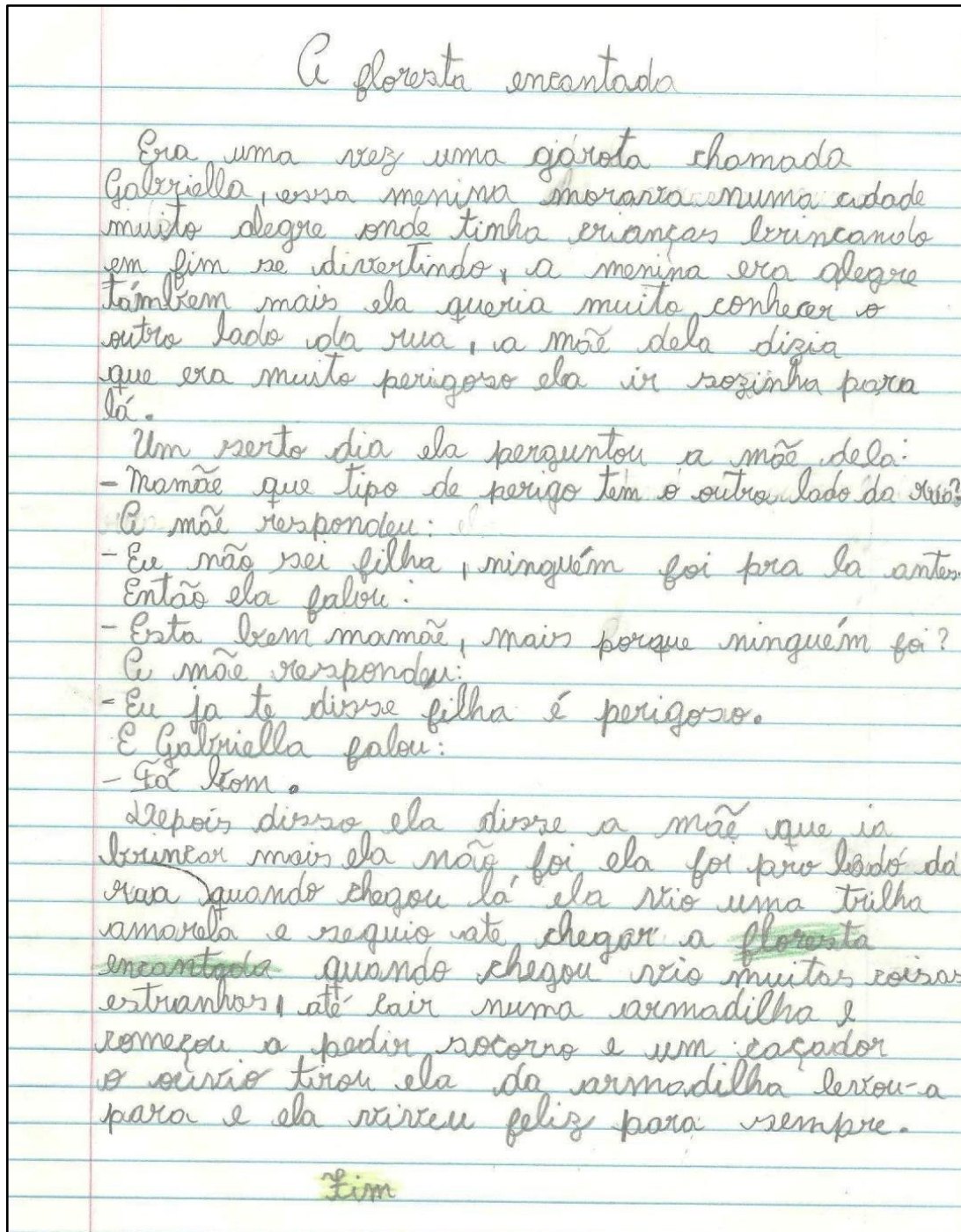
²⁰ Conceito desenvolvido por Clot (2006) que se ancora na noção de gêneros textuais. Refere-se às regras formais e informais da ação profissional, à regulação coletiva da ação individual, ao genérico do ofício. Assim como o gênero textual, o gênero profissional, embora fonte de recurso para a ação, não é prescritivo ou estanque. Um trabalhador individual, com liberdade de ação, pode imprimir seu estilo próprio ao gênero da atividade, contribuindo substancialmente para o seu desenvolvimento. No nosso caso, em específico, isso pode ser identificado a partir das diferentes nuances de trabalho que o conto de fadas vem ganhando na clínica psicanalítica.

²¹ Os nomes das crianças referidas nesse estudo são fictícios para, por motivos éticos, preservar a identidade da família.

²² Sigla frequentemente utilizada na área de saúde que significa “segundo informações coletadas”. É empregada para pôr em evidência que determinada passagem do texto foi reproduzida conforme o texto original, falado ou escrito por outrem.

seu próprio ambiente, em sua própria cama. Contudo, ante os recorrentes insucessos e reaparecimento dos sintomas, Noemi é confiada para atendimento clínico. Segue, portanto, o conto de fadas escrito no *setting* terapêutico.

Figura 1 – A floresta encantada



Voltando-nos, pois, para o conteúdo temático evidenciado no texto acima, percebemos que ele aborda os perigos da desobediência aos pais. Fala da curiosidade de uma garota em desprender-se da segurança do universo típico infantil e aventurar-se a desbravar o desconhecido, o ameaçador.

Num nível macro, que extrapola os limites do contexto imediato, podemos reconhecer pormenores sociohistóricos que circunscrevem a enunciação. Essa identificação é possível devido ao resgate da história pessoal, familiar e social da criança, tal como apresentada na entrevista inicial com a mãe. Desse modo, inferimos do histórico de antecedentes que o comportamento da menina, assim como o da personagem de sua narração, infringe a obediência aos pais, que almejam que ela ocupe seu próprio quarto. Isso implica a recusa à condição de criança e ao espaço infantil destinado à sua pessoa, bem como a permanência no proibido quarto dos pais.

Mas essa subjetividade consciente e manifesta não é tudo. Subjazem ao texto de Noemi também seus desejos e conflitos inconscientes. Na ótica psicanalítica, a história reproduz, pois, a transição da aparente inocência infantil para o conhecimento das práticas sexuais adultas e ilustra o quanto a criança pode vir a se expor em função da curiosidade e dos desejos confusos, mas imperiosos, que guarda em seu interior. Isso é representado na trama pela imagem de uma rua que separa, de um lado, o mundo infantil – as brincadeiras, a alegria, a inocência e a diversão com os pares – do seu oposto, o mundo adulto e suas impressões para uma juvenzinha.

Temos no conto uma menina adorável que vive em uma cidade alegre onde crianças brincam satisfeitas. Apesar disso, curiosa e ardilosa, Gabriella (protagonista da narrativa) é inclinada a driblar a intimidação materna e arriscar-se a desbravar um caminho desconhecido e perigoso – a floresta encantada. Perguntemos, pois, que outro lugar é esse que não deixa de atraí-la, apesar da advertência da mãe sobre o perigo de se atravessar a rua? Muito pode ser elucidado ao considerarmos a intertextualidade²³ temática entre *A floresta encantada* e *Chapeuzinho Vermelho*. O conto da garotinha de capuz vermelho, e agora o desenvolvido por Noemi, contém um drama sobre a perda da inocência.

Gabriella, a nosso ver, assim como Chapeuzinho, “é uma criança com a ingenuidade de quem não sabe – e ainda não suporta saber – sobre sexo, mas sua intuição lhe diz que há algo a mais que anima os seres humanos” (CORSO e CORSO, 2006, p. 53). As personagens, então, descobrem que as demandas sexuais existem e passam a investigar no que lhes dizem respeito.

A protagonista da narrativa de Noemi, aliás, diferentemente de Chapeuzinho, inquirir a mãe sobre suas inquietações, dando indícios de sua propensão em desviar o caminho. Não obstante, a mãe não sacia sua curiosidade haja vista que se opõe a descrever que tipo de

²³Relação que se estabelece entre dois textos, quando um deles faz referência a elementos existentes no outro.

perigo há ao cruzar a alameda. E as mães, em geral, nutrem um tabu moral sobre a erotização infantil ao passo que não se sentem confortáveis para tratar dessas questões com suas pequeninas.

O desconhecido, demasiado atraente, impulsiona as personagens, ambas, Chapeuzinho Vermelho e Gabriella, a agir segundo seus ímpetos instintuais, isto é, conforme direcionamentos do id. Orientam-se, assim, pelos ímpetos inconscientes, não dando espaço à obstacularização ego-superego. As personagens, logo, não avaliam os riscos da realidade circundante, não temem o mundo para além do lar e do dever. Optam por fazer aquilo que têm vontade, desconsiderando o que deveria ser seguido. Chapeuzinho, como é sabido por todos, segue o trajeto indicado pelo lobo, ignorando o sermão da mãe de que não deveria se afastar do caminho recomendado. Gabriella se arrisca a atravessar a rua, transgredindo a advertência materna de que era perigoso. O fato de a vovó da primeira ter sido devorada pelo lobo e de a segunda ter caído numa armadilha é o castigo por terem arranjado as coisas de modo a sucumbir às pressões amorais e despóticas do id.

Chapeuzinho intui que algo está errado quando encontra a avó parecendo fisionomicamente muito diferente, mas fica confusa diante do disfarce do lobo com as roupas da velha. Gabriella também percebe que algo está errado quando, seguindo a trilha, vislumbra coisas estranhas, mas parece hipnotizada pelo encanto da floresta. Uma vez capturadas, “alguém de fora deve vir em seu socorro; e em se tratando de mãe e filha, quem poderia ser esse alguém senão o pai?” (BETTELHEIM, 2012 [1976], p. 248). A interrogação do autor sugere que, nas duas histórias, a figura paterna se faz presente, embora de forma velada. Reveste-se do altruísmo, da proteção e da força características ao caçador. E, neste ponto, deparamo-nos, mais uma vez, com o triângulo pai-mãe-filho(a).

Mencionamos no primeiro capítulo que todo desenrolar da vida psíquica do sujeito psicanalítico decorre da interiorização das vivências da conjectura edipiana. Neste ponto, para compreensão integral dos motivos inconscientes de Noemi, estamos em vias de expor, sucintamente, a teoria do Édipo nas meninas. Façamos, portanto, esse parêntese.

Já ciente de que seu corpo e sua pessoa são uma unidade indivisível e separada do corpo materno, a menina regozija-se em obter o carinho e a atenção da mãe como fontes de terno prazer. A pregnancy de sentir-se amada e cuidada confere a ela, pois, a sensação de onipotência. Todavia, conforme nos esclarece Nasio (2007), a descoberta visual da ausência de pênis no corpo feminino ofusca o orgulho da radiante garotinha que hora passa a sentir-se dolorosamente despossuída. Despossuída não do órgão peniano masculino, mas do símbolo de potência, do significado por ele encarnado aos olhos das crianças. Assim, a menina sofre a

dor de ter sido privada do todo-poderoso falo²⁴ e sente-se ferida narcisicamente em sua autoimagem.

Quem fê-la acreditar, no entanto, que detinha tal varonilidade senão sua própria mãe? Com essa constatação, a mãe, tão desprovida quanto ela, passa a merecer apenas desprezo e recriminações. E o pai se impõe, então, como figura de refúgio e consolo, alguém a se invejar, adorar e a quem se pode reivindicar seu perdido poder. O pujante pai de sua fantasia, entretanto, opõe recusa inapelável em ceder-lhe sua força, simplesmente porque o falo que a menina pede e almeja é uma quimera, um sonho infantil que apenas funda a sexualidade feminina humana. Ninguém o tem, nem nunca o terá, pois o único e dileto poder do homem é desejar viver.

Por fim, então, se perdida a esperança de conquistar o mítico poder, a criança lança-se no desejo de ser possuída pela figura paterna, de ser parte de seu falo precioso. Quer se tornar a favorita do papai e, quando crescer, certamente vai querer se casar com ele. Aqui é o momento que a mãe reaparece e fascina a filha por sua feminilidade. A menina, logo, se identifica com ela enquanto mulher desejada pelo pai, pelos homens. A figura materna é duplicada, pois, pela ambivalência entre ser ideal de mulher e temível rival, com quem irá duelar pela atenção do pai-consorte.

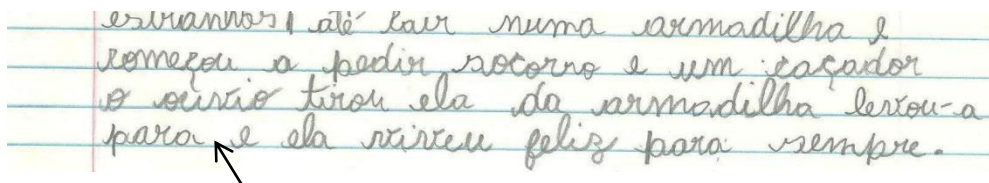
A partir desses apontamentos, se nos fizemos entender, podemos revelar, à guisa de conclusão, que os dilemas edipianos vivenciados por Noemi, e seus conflitos decorrentes, são refletidos no conteúdo temático latente ao texto. Ora, temos na narrativa uma mãe, figura feminina, que alerta aos perigos do mundo adulto, isto é, nas entrelinhas, ela quer dizer que a filha não está preparada emocional e fisicamente para as práticas sexuais maduras. “Ter uma sexualidade, sabê-la e exercê-la são três coisas bem distintas” (CORSO e CORSO, 2006, p. 55). E que, uma vez que deve voltar-se aos valores e tarefas infantis aconselhados à sua idade, deve concomitantemente renunciar ao pai como objeto de amor. Chegada a puberdade, saberá direcionar seus sentimentos afetuosos e seu erotismo para os futuros parceiros de sua vida de mulher.

Ao mesmo tempo, o caçador forte, protetor e resgatador representa o todo-poderoso pai edipiano. Noemi certamente se projeta na protagonista e sustenta a esperança de que o pai a salve de todas as dificuldades, de que lhe conceda o falo perdido ou de que a tome como parte de seu importante poder viril. Essa configuração evoca a inclinação da menina em seduzir o pai e seu desejo de também ser seduzida por ele.

²⁴ Conforme define Lacan (1998), o falo, desarticulado da anatomia, é o significante (o símbolo, o representante) da onipotência humana e de seu avesso, a vulnerabilidade.

Um ato falho²⁵ muito eloquente na enunciação de Noemi torna bastante claro o que estamos interpretando. A criança suprime o trecho que indicaria para onde o caçador levou-a assim que lhe resgatou da armadilha. Comprovemos no recorte a seguir:

Figura 2 – Recorte de *A floresta encantada*



Bem, nos desejos inconscientes da criança, seguramente, para algum lugar em que a sós, pudessem viver felizes para sempre. E esse lugar não seria jamais ao lado da mãe rival.

Todas essas formações inconscientes estão diretamente relacionadas aos sintomas apresentados por Noemi. Se sofre a ameaça de deixar o quarto dos pais, sofre também a angústia de abdicar o amor paterno à mãe adversária. Do contrário, se se interpõe entre o casal no seu âmago de amor, torna-se um obstáculo ao triunfo materno. Pois que, por mais que desconheça os prazeres adultos, intui, conforme já citamos anteriormente, que algo a mais “anima os seres humanos”.

Portanto, os episódios de sonambulismo e terror noturno são sintomas da angústia, de uma sensação irracional de que algo indefinível a ameaça – a sexualidade humana. “O pior medo é despertado quando não conhecemos bem os contornos do que nos apavora, por isso, o terror habita na escuridão” (CORSO e CORSO, 2006, p. 58).

A título de acréscimos, na história tecida por Noemi, aparecem as cores verde e amarelo. A primeira sobrescreve a expressão *floresta encantada*, a segunda, a designação *fim*, o que nos coloca a necessidade de compreendê-las. Para isso, devemos ter em mente que as associações pessoais não aparecem jamais dissociadas do sentido atribuído culturalmente a essas cores.

Assim sendo, ao amplificarmos a simbologia das cores em nossa cultura, constatamos, segundo esclarecimentos de Pedrosa (2009), que o verde simboliza, não apenas a natureza viva do meio ambiente, mas também designa vigor, liberdade, esperança, fertilidade e crescimento. Já o amarelo, está associado à opulência, à eternidade, ao fruto maduro e à expressão de ideias. Em oposição à passividade e à obscuridade, irradia o calor, a energia e a claridade.

²⁵Lapso na enunciação, na memória ou mesmo no agir praxiológico revelado pela troca ou esquecimento de nomes e palavras ou pelo embaraço na ação prática, provocado pela realização do desejo inconsciente (ROUDINESCO; PLON, 1998).

Logo, ao encampar sua linha de significação, Noemi representa através do verde não tão-somente a imensidão da floresta na qual Gabriella se entranha, mas, igualmente, o desprendimento e a ousadia da personagem que buscava, no proibido e no perigoso, crescimento e desenvolvimento pessoal. Em contrapartida, o amarelo ligado à palavra *fim* retrata toda perceptibilidade e maturação proporcionada pela narrativa. O amarelo trouxe luz à situação-problema vivenciada e garantiu a imortalidade da história, haja vista que, incorporada por Noemi, viverá no mais íntimo dos seus sentimentos.

Corroborando, então, o que já anunciamos, o *setting* terapêutico, ou seja, o contexto social interno, incluídos o lugar de produção, momento de produção, o objetivo da interação, o emissor e o receptor do texto e seus respectivos papéis sociais, influenciou o conteúdo temático da ação linguageira. No entanto, o conjunto de informações apresentadas não se limitou a veicular apenas os substratos conscientes construídos a partir das representações de mundo do agente produtor, mas mobilizou, igualmente, as formações inconscientes do sujeito, tão dependentes da internalização e representação da experiência quanto as construções racionais. Isso pode ser ratificado pelo fato de que as informações constitutivas do conteúdo temático, sejam elas manifestas ou latentes, são sempre dependentes do contexto social externo, isto é, da situação sociohistórica que circunscreve a enunciação.

Sob este aspecto, nos associamos, incondicionalmente, à posição de Fraga (2007) quando refere que os sentimentos não surgem sozinhos, mas estão vinculados ao meio externo. Nas suas palavras:

Considerando que a tese centrada no interacionismo sociodiscursivo é que a ação constitui o resultado da apropriação do organismo humano das propriedades da atividade social, podemos acrescentar aí a expressão: das propriedades afetivas, mediadas pela linguagem (FRAGA, 2007, p. 278).

A título de uma síntese geral sobre o que apresentamos a partir do conto de Noemi em função de nossos objetivos, num plano consciente a narrativa da garota reverbera a desobediência dos filhos aos pais; num plano inconsciente, contudo, expõe a vivência do Complexo de Édipo psicanalítico²⁶.

Vejamos, adiante, os indícios de subjetividade a partir de uma análise do segundo estrato da metodologia geral interacionista sociodiscursiva: o nível organizacional textual.

²⁶ A demarcação discriminada entre os planos consciente e inconsciente é colocada neste estudo para fins didáticos, todavia, no âmbito da subjetividade humana, ambas as instâncias apresentam-se em estreita inter-relação.

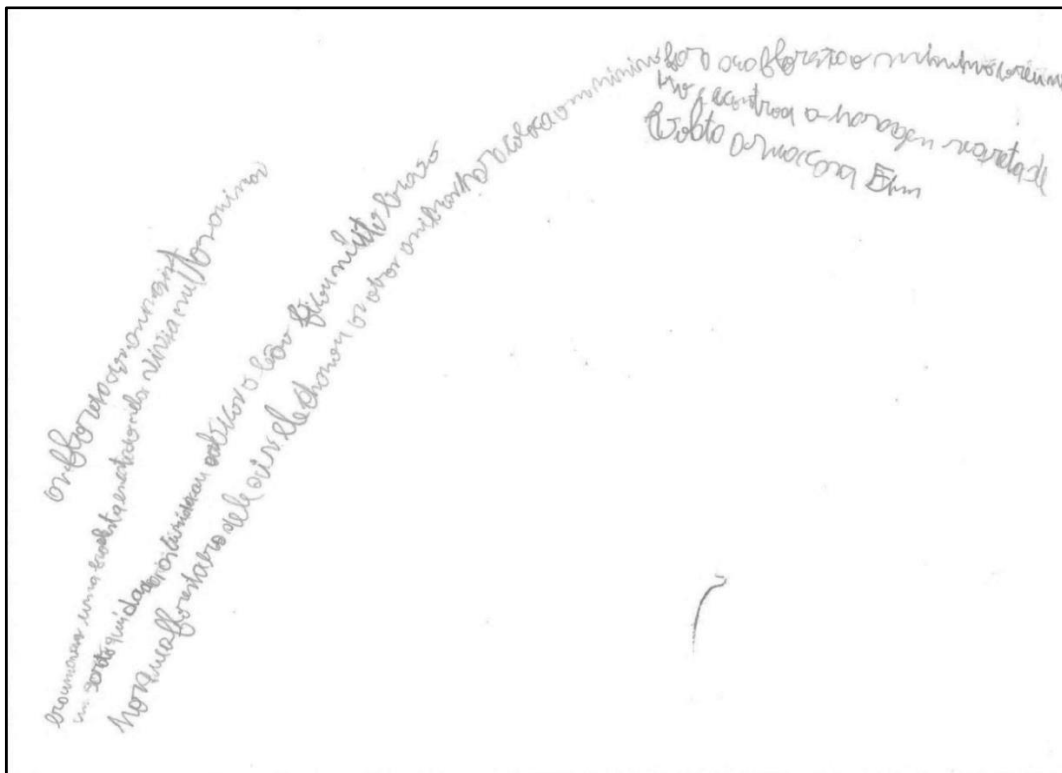
3.2.2 A floresta dos animais: análise do tipo organizacional

O primeiro nível de análise textual/discursiva da metodologia compreensiva global para análise de textos (MACHADO; BRONCKART, 2009) sugere uma compreensão do nível organizacional, em que são consideradas a constituição, a disposição e o enlace das diferentes partes do todo. Estariam, pois, implicados: o plano geral do texto, o tipos de discurso, as sequências textuais e os mecanismos de textualização. Observemos, então, como a subjetividade humana pode se concretizar no plano organizacional a partir do conto de fadas escrito por Abel, um garoto de nove anos de idade que foi encaminhado para atendimento psicoterapêutico devido a diagnóstico de hiperatividade.

A entrevista de anamnese com os pais revela que a criança apresenta sintomas de impulsividade, agressividade, dificuldades de socialização e de aprendizagem. Sempre esteve muito ligado à mãe que, dominando as ações declarativas durante a entrevista, pronunciou que Abel é “agitado, agressivo, expressivo e desafiador, porque, para ele, é muito difícil aceitar um não” (SIC). O pai, que só se pronunciava quando pessoalmente instigado, por sua vez, refere como causa do problema o fato de que o menino “sempre ganhou mais do que deveria. A mãe não queria que ele chorasse, então, ele sempre teve tudo o que quis” (SIC).

De posse dessas informações, apresentamos o conto de fadas *A floresta dos animais*, escrito por Abel em uma de suas sessões clínicas.

Figura 3 – A floresta dos animais



Reconhecemos a estranheza do leitor no primeiro contato com a história tecida por Abel. De fato, ela não implica um todo organizado e articulado de acordo com as regras de composição. Mas, se isso, nesse caso, salta aos nossos olhos é porque houve comprometimento na linearidade, na progressão temática, na formatação textual e no desenvolvimento hierárquico dos processos verbalizados, portanto, no nível organizacional.

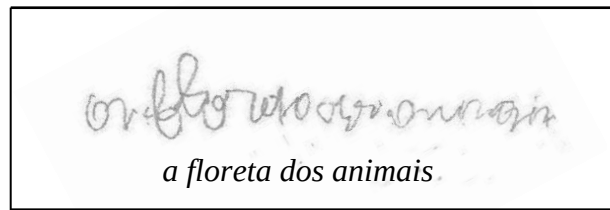
A apresentação estética do texto na folha, os erros ortográficos, a falta de separação silábica e entre as palavras, a ausência de pontuação e paragrafação causaram prejuízo à conexão e à coerência da ação de linguagem. Paralelamente, também acarretaram danos de compreensão ao estatuto da produção enunciativa, à dimensão sequencial, ao plano geral do texto e à significação global atribuída à narração.

Ainda assim, a despeito da forma configuracional assumida, devemos de antemão reconhecer a produção do *infans* como texto. Para isso, nos valem da premissa, perfilhada por Bronckart (1999, 2006, 2008), de que o estatuto fundamental de um texto é ser instrumento de interação. Quanto a isso, não podemos negar os propósitos interacionais do garoto. Também não podemos deixar de admitir o pertencimento do texto a uma língua natural e nem de distinguir o uso de recursos linguísticos partilhados no seio de uma comunidade verbal, embora de forma original. Por fim, a compreensão do *corpus* pelo seu interlocutor garante que, conquanto o texto não transmita uma mensagem tão linguisticamente organizada, ainda assim, ele produziu algum efeito de sentido sobre o destinatário.

Através da divisão da produção textual em recortes julgamos tornar clara nossa transcrição fidedigna da história escrita por Abel para o leitor que nos acompanha. Será possível, assim, perceber que, apesar do embaraço estético do texto, haja vista que tecido em escrita contínua, ele não é uma estrutura caótica, pois subsistem em sua composição certas adequações à norma padrão, que efetivamente avalizam sua compreensão.

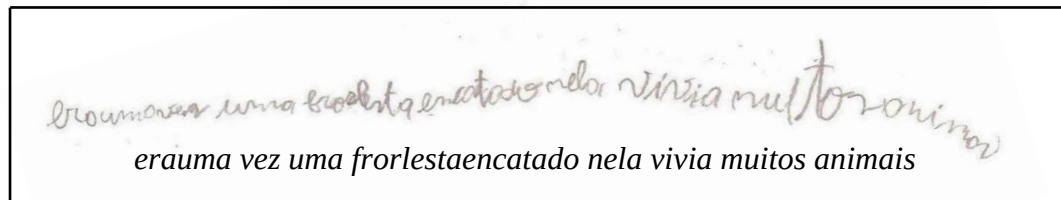
Dentre essas adequações, poderemos perceber que a organização textual segue a ordem sucessória da esquerda para direita e de cima para baixo; que a produção sustenta solidamente o discurso narrativo sob as peculiaridades do gênero conto de fadas; e que as sequências narrativas preservam o encadeamento de acontecimentos tal como preconizados por Labov e Waletzky (1967 apud BRONCKART, 1999), a saber: situação inicial, fase de compilação, fase de ações, fase de resolução e fase de situação final. Simultaneamente, também poderemos identificar no texto a presença de organizadores textuais, de retomadas anafóricas e de marcas temporais, o que distingue os três mecanismos de textualização. Vejamos, pois, como isso se estabelece nos recortes que se seguem.

Figura 4 – Recorte primeiro de *A floresta dos animais*



Conforme pudemos observar, no primeiro recorte se faz presente o título do conto de fadas. De forma geral, houve um esforço em mantê-lo na primeira linha textual, centralizado e destacado do corpo da narração. Não há indício, porém, de letra maiúscula inicial.

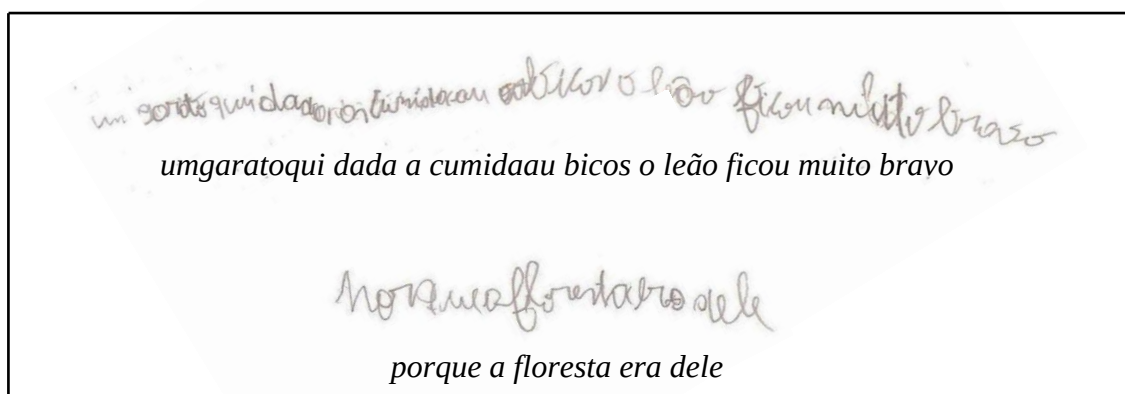
Figura 5 – Recorte segundo de *A floresta dos animais*



No excerto, sobescrito, há a exposição de uma *situação inicial* à qual, segundo modelo de sequência narrativa, uma perturbação será introduzida. A expressão “Era uma vez...” inaugura essa posição inicial e lhe confere uma atemporalidade quimérica. Isso, em especial, revela autonomia aos parâmetros da ação de linguagem, ao passo que garante ao texto certo distanciamento das coordenadas gerais do mundo ordinário, sendo indício, portanto, de que o tipo de discurso alvitado é uma narração.

Nesse trecho, também podemos apontar a retomada anafórica de “uma floresta encantada” pelo pronome demonstrativo “nela”, o que remonta o uso de um mecanismo de coesão nominal. Entretanto, aqui, como em todo texto, não há indicativo de paragrafação, pontuação, nem do uso de letra maiúscula inicial.

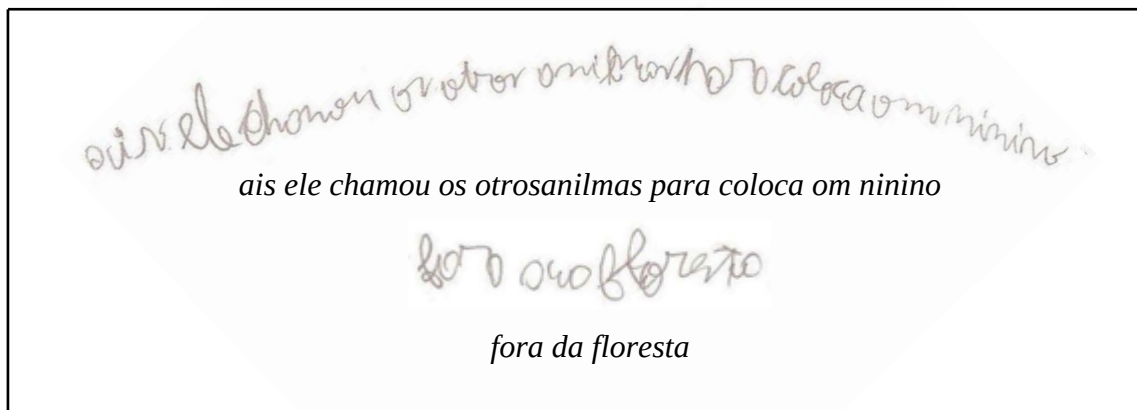
Figura 6 – Recorte terceiro de *A floresta dos animais*



Na ordem de sucessão, o recorte terceiro, estabelece a fase de *compilação*. Nela há o desencadeamento de uma transformação, uma perturbação do estado inicial, que cria uma tensão. Isso, distintamente, caracteriza a sequência narrativa, pois, conforme refere Bronckart (1999), introduz o processo de intriga, que é o sustentáculo prototípico desse tipo de sequência.

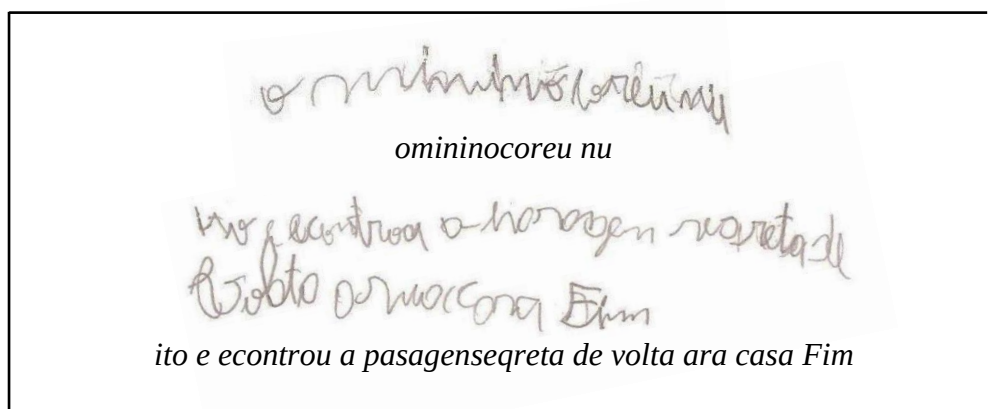
Nesse fragmento, além disso, encontramos a retomada anafórica do personagem “leão” pelo pronome possessivo “dele”, ilustrando o mecanismo de coesão nominal. Por sua vez, a coesão verbal e o tipo de discurso são sustentados pela recorrência do pretérito como tempo verbal, o que também marca a origem espaço-temporal disjunta do contexto acional e social do agente.

Figura 7 – Recorte quarto de *A floresta dos animais*



A fase de *ação*, exposta acima, reuniu os acontecimentos desencadeados pela condição anterior de conflito e excitação. Nesse recorte, vislumbramos o único mecanismo de conexão presente no texto: a expressão “aí” sugere transição e imprime articulação interna à produção. Também observamos, outra vez, o mecanismo de retomada por anáfora, agora o “leão” é referenciado pelo pronome pessoal “ele”. Ainda, destacamos a constância e dominância do pretérito como marca temporal, atestando coerência verbal.

Figura 8 – Recorte quinto de *A floresta dos animais*



Por fim, no quinto e último recorte, estão encadeadas as fases de *resolução*, em que há uma redução efetiva da tensão, e de *situação final*, que reconfigura um novo estado de equilíbrio, obtido a partir do desembaraço da desordem.

O que, notadamente, podemos sobressaltar nessa passagem é que, no limite da folha, não houve separação silábica e o entendimento da palavra “muito” ficou comprometido. Interessante sublinhar também que, embora agregada ao corpo do texto, a expressão “fim” é a única, em toda trama, a ser grafada com letra maiúscula e isso, em nossa interpretação, marca seu desprendimento. Não há pontuação final.

Se percorremos o caminho até aqui foi para demonstrar que há alguma apropriação, pela criança, dos signos do alfabeto e das regras técnicas correlatas, mas há, ao mesmo tempo, um desordenamento da escrita, que implica falha na estruturação e no encadeamento dos enunciados. E isso, fundamentalmente, diz algo sobre Abel e suas representações de mundo.

Ora, sabemos que a criança hiperativa é agitada, inquieta, impulsiva e desatenta. E que esses comportamentos acarretam erros de escrita por distração, desatenção, dificuldade de planejamento, organização e concentração. Num nível consciente, assim, diríamos que a forma como o texto de Abel se apresenta deixa transparecer seu estar no mundo. Seu texto parece movimentar-se na folha; não há atenção à ortografia ou à gramática; não existem espaços entre as palavras inquietas; não há pausas, pois não se emprega pontuação; e a escrita impulsiva traça garranchos.

Num nível inconsciente, contudo, a perspectiva psicanalítica permite-nos dirigir um novo olhar sobre a produção textual de Abel, uma vez que, segundo Kupfer (2002), capacita-nos a revelar a posição em que ele se encontra, ou o modo como está constituído.

Já nos referimos que, na constituição do sujeito, pensante e desejante, o que está em jogo é o corte na relação dual entre a mãe e seu bebê. Ao nascer, a criança se aliena à mãe. Seus apelos de fome, frio ou cólica se assujeitam à significação materna, que responde a esses chamados. O que a criança vivencia, nesse momento, é uma identificação fusional, na expectativa de receber e ser tudo para essa mãe. E a mãe sente-se, igualmente, indiscriminada e unida a esse bebê.

O pai surge, então, como limitação à continuidade da simbiose inicial, instaurando a realidade circundante, a civilização, a cultura e a ordem simbólica. Isso envolve dizer que, apenas quando dissociada da mãe, a criança tem a possibilidade de se fazer sujeito e objetivar os mundos físico e social, haja vista que, só assim, tem a capacidade de pensar, criar ou agir por si mesma.

A tese psicanalítica sobre a criança hiperativa, da qual partilhamos, é a de que, na tríade pai-mãe-filho, há um declínio da função paterna. O pai não se impõe com veemência barrando a relação simbiótica que assujeita o *infans* aos desejos da mãe. Isso significa dizer que há uma cristalização da demanda materna sobre essa criança em decorrência da dificuldade de se operar a função paterna, ou seja, a limitação à continuidade da simbiose inicial, que permitiria a criança passar à posição de sujeito. “A falha simbólica dá lugar ao excesso que se revira no corpo, impedindo que a criança mantenha sua atenção ou que possa deter-se o tempo suficiente para concluir suas tarefas” (TENDLARZ, 2008, p. 7).

Considerando esse construto, os sintomas hiperativos emergem quando a mãe apresenta severas dificuldades de se separar simbolicamente do filho e o pai não aparece como instância que retire a criança da posição de objeto. O sofrimento do *infans* é, por conseguinte, uma forma de apelo para que a função paterna se faça presente na essência das relações familiares, de forma a protegê-lo da captura do desejo materno. Não poder ser e fazer por si é justamente o que desvirtua a criança a ser e fazer tudo ao mesmo tempo. Lamy (2005 apud Bonfim, 2011) nos diria que uma criança que não consegue ficar quieta no lugar talvez não saiba qual seu lugar no mundo.

No tocante a essa questão, Vygotsky (1991 [1930]) já afirmara que o gesto é o signo espacial inicial que contém a futura escrita da criança. Os gestos são, para ele, a escrita no ar, e os signos escritos são gestos que foram fixados. Haveria, assim, uma dimensão corporal envolvida no princípio da representação mundana. A maneira como Abel se vale das formas de representação simbólica denuncia o excesso de movimentos, de comportamentos ou, simplesmente, sua *hiperatividade*, gerada no ninho dos laços intersubjetivos: no vínculo de filiação. E não lhe foi possível renunciar à mãe ou ao pai. Ninguém escolheu nascer onde nasceu.

A partir desses apontamentos, lançamo-nos no texto de Abel. A visível desorganização que se instala em sua formação escrita reproduz a fragilidade de sua referência paterna. A ordem do mundo, as leis, a cultura e o simbólico não lhe penetraram com veemência e, conseqüentemente, as normas cultas da língua também não.

Na folha de papel Abel parece estar em todo lugar, sem se identificar e se fixar, entretanto, em nenhum; tenta ocupar o máximo de espaço possível, mesmo com um texto sucinto; grafa letras grandes e expressivas ou bem miúdas e tímidas, objetivando, a todo custo, descobrir e imprimir uma personalidade própria.

A falta de intervalo entre as palavras reproduz a representação do vínculo materno que lhe sufoca, afinal, “[...] quanto mais profundamente alguém se entregar a viver o papel de

objeto, menos saberá onde estão os limites, as fronteiras, que assinalam onde termina o eu e onde começa o outro” (CORSO e CORSO, 2006, p. 75). A ausência de ponto no final nas frases, ou a escrita contínua, atesta impetuosamente a falta de interpelação paterna. Analogamente, o ponto final é um corte, uma interrupção no ritmo do discurso, e, sobre isso, Kupfer (2002) pondera que, no enfraquecimento da referência paterna, os espaços se desfazem e se misturam, tornam-se aleatórios, tornam-se signos a serem colocados em qualquer lugar.

Todo panorama psicanalítico ganha reforço quando nos debruçamos sobre a entrevista de anamnese com o casal parental. A mãe, conforme descrevemos, procurou dominar as ações declarativas durante o encontro, desautorizando a fala e a importância do pai de forma velada. O pai, por sua vez, ao se pronunciar apenas quando instigado, assume posição passiva frente à esposa e às demandas do filho, em pauta naquela sessão. Isso torna claro que, no que concerne à criança, a função paterna se apresenta debilitada e subjugada, não se impõe com intensidade, com o vigor capaz de barrar a relação simbiótica que assujeita Abel. Paralelamente, a atitude sobrepujada da mãe eloquente captura a possibilidade de vir a ser do garoto.

Ademais, as verbalizações individuais de cada um sobre a sintomatologia de Abel corroboram o que temos defendido. Se, segundo relato da mãe, “[...] para ele, é muito difícil aceitar um não” (SIC) é porque “[...] ele sempre teve tudo o que quis” (SIC), conforme afirmação do pai. Isto é, se Abel é uma criança intolerante às frustrações é porque nunca sofreu privação das demandas inaugurais de amor materno. E isso está diretamente relacionado ao seu sintoma.

Destarte, num quadro funcional concreto, a ausência de efeito de estabilidade e continuidade do todo composicional comprometem o nexos, a regulação da coesão e da coerência temática da produção textual. Isso atravessa o plano geral, o tipo de discurso e as sequências que compõem o texto exatamente porque prejudica as marcas, as articulações, entre os diferentes componentes internos. E, se peculiaridades se impuseram à linearidade, à progressão temática, à formação de sentido ou à compreensão do estatuto da enunciação, refletiram, logo, no nível organizacional textual.

Evidenciamos, portanto, que a subjetividade humana também é capaz de se manifestar, consciente e inconscientemente, na infraestrutura textual. Certamente que uma leitura das manifestações pessoais, intrínsecas ao garoto, num nível organizacional só foi possível se considerados os contextos acional e social que circunscrevem a ação de linguagem. O ambiente clínico desencadeou uma ação dramática autêntica e o conto de fadas garantiu o distanciamento necessário à fruição dos sentimentos.

O conto produzido pela criança, não se limitando à análise de seu conteúdo, apresentou-se como um excelente recurso no que tange à capacidade de fornecer elementos sobre a constituição da subjetividade do *infans*. No plano consciente, então, expôs a desatenção, impulsividade, agitação, dificuldade de concentração do garoto; no plano inconsciente, por outro lado, delatou a falha na constituição subjetiva do sujeito psicanalítico.

A narrativa interpretada a seguir será reveladora de como a subjetividade pode manifestar-se na segunda camada da análise textual/discursiva da metodologia compreensiva global do ISD para apreciação de textos, logo, através dos mecanismos enunciativos.

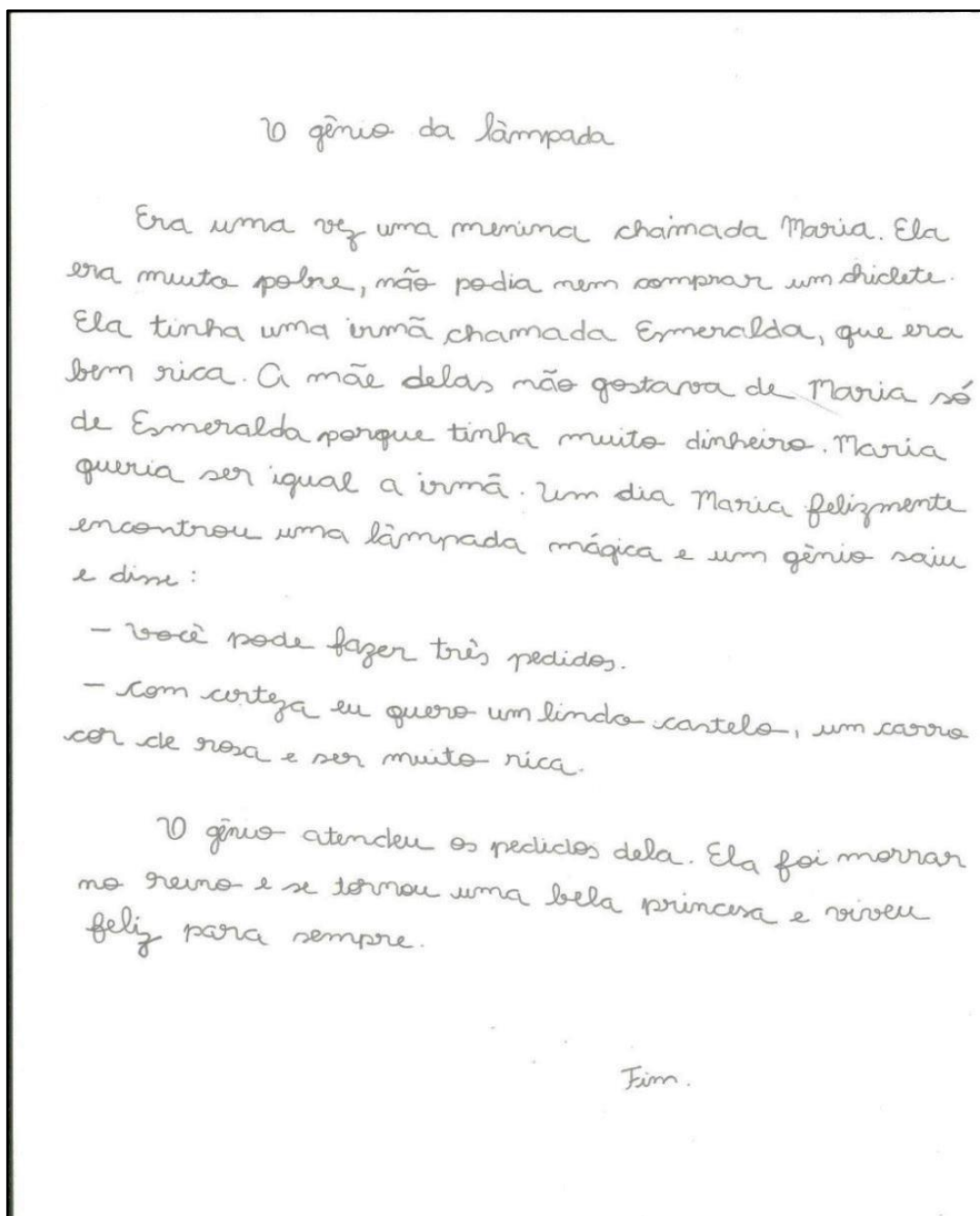
3.2.3 O gênio da lâmpada: análise dos mecanismos enunciativos

No segundo estrato da metodologia compreensiva geral para análise de textos, proposta por Machado e Bronckart (2009), são abordados os posicionamentos enunciativos. De acordo com o próprio Bronckart (1999), através deles são explicitadas avaliações que podem ser formuladas sobre algum aspecto do conteúdo temático e as instâncias que assumem, ou as fontes que se responsabilizam, por elas. Estão, pois, implicadas nesse nível a distribuição das vozes e a marcação das modalizações.

Empreenderemos, assim, uma análise da subjetividade corporificada através dos mecanismos enunciativos presentes no texto de Lora, uma garota de 11 anos de idade que foi confiada para acompanhamento psicoterapêutico em decorrência de sua baixa autoestima associada a estados de indisciplina e rebeldia contra a mãe, a irmã mais nova e o irmão caçula. Nas palavras da mãe, a menina “é agressiva, bate no irmão, não quer obedecer. Sempre responde com rispidez. Ela é bem áspera.” (SIC). O pai sofre de depressão há muitos anos e, conforme relato da mãe, devido à sua condição, via de regra, encontra-se reservado num cômodo e não participa das atividades e da educação das crianças, contudo, quando se envolve, assume uma postura autoritária, sempre em defesa de Lora. Ele nunca é alvo das investidas hostis da filha, adversamente, sempre é motivo de suas preocupações.

Subscreve-se, portanto, o conto de fadas *O gênio da lâmpada*, escrito por Lora em uma de suas sessões ludoterapêuticas.

Figura 9 – O gênio da lâmpada



Conforme anunciamos anteriormente, Lora é a autora da narrativa, aquela que, agente da ação de linguagem, se responsabiliza pela totalidade das operações que deram à história sua integralidade estrutural e funcional. Entretanto, ao anunciar narrativamente, ela opera uma distância de sua condição de autora ao delegar ao narrador ou aos personagens da trama ficcional a responsabilidade pelo que é enunciado.

Sobre isso, já nos referimos que esse distanciamento proporcionado pela literatura fantástica garante a segurança necessária para que a criança em processo psicoterapêutico exponha, com sinceridade, seus conflitos interiores. Ao se pronunciar na voz do narrador ou

dos personagens ela não se implica diretamente na história e isso permite que vivencie seus sentimentos sem a angústia de se perceber falando de si, de suas dificuldades prementes. Imagina, assim, que as representações de mundo, as dificuldades em jogo ou os obstáculos a serem superados não insinuam algo de si, afinal, tudo não passa de uma história maravilhosa, irreal.

Ora, mas sob à luz da teoria psicanalítica e do ISD ficasobejamente claro que tudo aquilo que enunciamos, narrativa ou expositivamente, é fruto das interações sociais e espelha uma reorganização singular resultante da dimensão experiencial própria. Em face disso, é imperativo admitir que os conhecimentos materializados em quaisquer ações de linguagem são mobilizados pelo sujeito em seu *status* de agente e, conseqüentemente, reproduzem a maneira como experimentou e interiorizou a realidade, isto é, reproduzem seu mundo subjetivo. Desse modo, a voz do narrador ou as vozes procedentes de seres humanos ou entidades humanizadas no texto dão corpo ao eu, ou seja, à voz do autor empírico da produção textual.

Justamente porque, conforme temos discutido psicanaliticamente ao longo desse estudo, a gênese das formações inconscientes advém dos impactos das interações com os pais e com aqueles que cuidam da criança desde seu estar no mundo, bem como dos impactos da bagagem cultural herdada, elas – as formações inconscientes –, de algum modo, também influenciam as representações subjetivas do sujeito e são determinantes poderosas do comportamento humano. Como nos diria Fraga (2007, p. 282), “nenhum sentimento pode permanecer indiferente e infrutífero no comportamento”. E isso é suficiente em si para asseverar que algo do inconsciente do autor empírico perpassa a personificação das vozes (do narrador ou dos personagens) textuais.

No conto de Lora a instância do narrador gerencia a exposição do conteúdo referencial mobilizado, ao passo que o pequeno trecho de discurso interativo dialogado transfere aos personagens – ao gênio e à Maria – os posicionamentos enunciativos. Identificamos, nesse caso, os dois ângulos pelos quais são percebidos os acontecimentos constitutivos do texto: a visão externa do narrador e a visão interna, introjetada em um personagem.

O narrador introduz a situação de uma garota chamada Maria frente à posição social de sua irmã, Esmeralda. A primeira era pobre e não podia comprar, sequer, um chiclete. A segunda era rica e, por isso, digna do amor materno. Maria desejava ascender financeiramente, como a irmã, e isso passa a se tornar possível quando, ocasionalmente, encontra uma lâmpada mágica.

Daí segue-se o intervalo de discurso direto em que o gênio informa à menina que ela é digna de fazer três pedidos. Por conseguinte, Maria assume a voz e enumera seus desejos: um castelo, um carro e riquezas. O narrador retoma a palavra para informar ao leitor que, atendidos os pedidos da garota, ela se tornou uma bela princesa e foi habitar num reino, sendo feliz para sempre.

De antemão, podemos conscientemente constatar que as vozes do texto salientam o significado que o dinheiro e o poder têm assumido no mundo contemporâneo, onde o valor pessoal é diretamente proporcional às posses de cada um. Isso seria o dispositivo desencadeante da inveja e dos direcionamentos do amor (inclusive materno) e aquilo que, na vida moderna de hoje, todos necessitariam para viver felizes para sempre. Nessa conjuntura, que sorte! Maria conseguiu.

Num nível inconsciente, todavia, as vozes do texto evidenciam, como conteúdo essencial, a rivalidade fraterna, o sentimento de ser sobrepujado por irmãos e irmãs, o temor de que, em comparação a eles, não seja capaz de conquistar o amor e a consideração dos pais. Assim, ao se metamorfosear no narrador ou personagens da trama, Lora imprime suas representações subjetivas das vivências conflitivas que lhe assolam e são causa dos seus sintomas. Tratamos aqui, portanto, de um valor não financeiro, mas de um valor de estima que, ao que julga, os irmãos são mais dignos que ela. Quanto a isso, Bettelheim (2012 [1976]) esclarece que “[...] as emoções despertadas numa pessoa sujeita à rivalidade fraterna são bastante desproporcionais àquilo que, vista objetivamente, sua situação real com irmãos e irmãs se justificaria”.

Esse exagero destoante da condição de uma irmã à outra pode ser evidenciado nas modalizações apreciativas, uma vez que o uso de advérbios fornece ao enunciado uma força ou intensidade ímpar, diversa da que podemos constatar na sua ausência, conforme percebemos quando a garota pronuncia que “Maria era *muito pobre* ”, que “Esmeralda era *bem rica* ”, que “a mãe gostava só de Esmeralda porque ela tinha *muito* dinheiro” ou que “queria ser *muito* rica”.

Ao mesmo tempo, as modalizações apreciativas também acentuam um julgamento da instância enunciativa. A criança que frequentemente se sente mal amada passa a crer, outrossim, que eventualmente será vitoriosa, e isso suaviza a “extrema aflição que experimenta ao ser assolada pela rivalidade fraterna” (BETTELHEIM, 2012 [1976]). Desse modo, as marcações em: “Maria queria ser *igual* à irmã”, “Maria *felizmente* encontrou uma lâmpada mágica”, “quero um *lindo* castelo”, “se tornou uma *bela* princesa” são ajuizamentos

das instâncias enunciativas que reforçam sua posição inferior, o desejo de se tornar tão bem sucedida quanto a irmã e suas fantasias de reconhecimento triunfo.

Sobre isso, as intenções e as capacidades de ação da protagonista são movidas pela discrepância de valoração e pela necessidade de tornar realidade seus anseios de glória, o que pode ser percebido nas modalizações pragmáticas das seguintes passagens textuais: “*não podia comprar um chiclete*”, “*Maria queria ser igual à irmã*” ou “*você pode fazer três pedidos*”.

Ao vivenciar aquilo que experimenta como rejeição, Maria não titubeia ao, fortuitamente, ser contemplada com a possibilidade de realizar três desejos. A modalização lógica presente no trecho “*Com certeza eu quero um lindo castelo, um carro cor de rosa e ser muito rica*” assevera seu posicionamento apoiado na sua condição real e objetiva de ser desarrazoadamente desprovida.

De acordo com Corso e Corso (2006, p. 111), “onde houver irmãos, haverá desigualdade de fato ou a suposição de que ela existe. É raríssimo o caso em que um grupo de irmãos considere equânime a distribuição do amor dos pais”. Pois que, as investidas ríspidas e hostis de Lora contra sua mãe e irmãos são, incontestavelmente, tentativas de restituir algo que a filha já teve quando era objeto do olhar materno apaixonado, de que os pequenos agora se nutrem.

O que fica em cada um de nós da força desse primeiro amor materno será o cerne do narcisismo ulterior do sujeito, aquilo que chamamos erroneamente de auto-estima. Na verdade é tanto a força de uma alter-estima que o funda, quanto requer um olhar externo para ser reafirmada a cada tanto (CORSO e CORSO, 2006, p. 111).

Só o pai depressivo (trancado em seu espaço), imbuído na figura do gênio (engarrafado numa lâmpada mágica), é capaz de, nos seus espasmos de autoritarismo, valorizá-la e colocá-la, aos olhos dela, em posição de superioridade em relação à mãe e aos irmãos.

Conforme demonstramos, portanto, os mecanismos enunciativos também são capazes de estabelecer uma correspondência com a realidade subjetiva, consciente e inconsciente, do sujeito enunciador. No plano consciente, pois, a narrativa de Lora tornou evidente a valoração do dinheiro e do poder no mundo contemporâneo; já no plano inconsciente, revelou a rivalidade fraterna que se instaurava entre ela e seus irmãos. Vale ressaltar, no entanto, que toda interpretação que considere a ação de linguagem como unidade psicológica, deve estar em estreita relação com o contexto acional e social da interação comunicativa. Todo sentido subjetivo atribuído ao texto deve estar em afinidade com os

parâmetros internos e externos da ação linguageira e com as representações efetivamente mobilizadas pelo seu agente-produtor.

3.2.4 Os contos de fadas e suas relações com a semiologia do agir

Quando nos inserimos no campo da semântica, tratamos da relação de significação dos signos, do sentido do enunciado. Machado e Bronckart (2009), quando no terceiro e último nível da análise textual/discursiva, propuseram, então, uma apreciação da semiologia do agir. Isso implica, necessariamente, uma interpretação da reconfiguração da ação a partir das novas significações possíveis reveladas através da possibilidade de se trabalhar/reconhecer no ego, na consciência, certo conteúdo posto em cena por uma ação de linguagem.

Neste estudo, apresentamos (e nos limitamos), então, a uma leitura sobre a semântica do agir na direção de enfatizar a importância da escrita autoral de um conto de fadas em processo psicoterapêutico enquanto desencadeante de possíveis reconfigurações da realidade subjetiva e das ações futuras dos sujeitos agentes-produtores das narrativas.

Os autores supracitados perfilham, pois, que as análises dos níveis textuais/discursivos – acrescentaríamos, também, a análise de conteúdo –, anteriormente abordados, permitem identificar as novas representações subjetivas do enunciador. No que concerne ao desenvolvimento psico-afetivo, em discussão no âmbito da teoria psicanalítica e em debate neste estudo, podemos asseverar que a possibilidade de dizer algo de si, do eminentemente intrínseco, através de um conto de fadas, acarreta, necessariamente, uma nova maneira de ajustar a realidade, de encarar as dificuldades, no sentido de movimento em direção a um desenvolvimento emocional saudável.

O *setting* psicoterapêutico é o espaço, por excelência, que torna possível que ações de linguagem, as mais sinceras possíveis, sejam enunciadas a fim de que a criança compreenda seus sentimentos manifestos e latentes perturbadores. Longo (2011, p. 48), sobre o desenvolvimento intrapessoal, pontua que

[...] durante seu percurso psicanalítico, o sujeito demanda um saber sobre si mesmo. Esse saber virá a ele no momento que ele lograr escutar a si mesmo e ouvir, em vez das palavras vãs, algo que faça sentido para ele. Esse saber sobre si mesmo lhe chega como equivocação: é quando ele mesmo não se entende porque diz mais do que conscientemente sabe sobre si.

Essa compreensão sugere, obrigatoriamente, transpor um novo significante no elo da cadeia de significantes que comanda tudo o que se presentifica no sujeito (LACAN, 1998).

Ou seja, algo no sujeito que ora é representado por um sintoma (sonambulismo, terror noturno, hiperatividade, baixa autoestima, indisciplina) pode ganhar nova significação a partir do momento que o sujeito se dispõe a, sinceramente, enunciar e descobrir algo de si, por efeito da linguagem.

Assim, quando foi permitido a Noemifalar, no conteúdo temático latente de seu texto, sobre os conflitos que vivenciava na elaboração do Complexo de Édipo psicanalítico (ainda que de forma disfarçada, através dos personagens de sua narrativa), ela tornou-se capaz de compreender suas dificuldades e inscrever um outro significante ao seu sintoma. Em outras palavras, pôde substituir a angústia de abdicar o amor paterno à mãe adversária – corporificada em crises de sonambulismo e terror noturno – pela compreensão de que, chegada a puberdade, encontrará os futuros parceiros de sua vida de mulher.

De igual modo, Abel, ao ter a liberdade de expressar suas dificuldades de constituir-se enquanto sujeito, através do modo de organizar/estruturar seu texto, deu um passo no sentido de elaborar sua sintomatologia, sua hiperatividade. Um passo no caminho de imprimir um novo significado à sua desatenção, impulsividade, agitação e dificuldade de concentração.

Por fim, as marcações enunciativas de Lora puseram à baila a rivalidade pelas demandas de amor materno/paterno frente a seus irmãos. Ao mobilizar isso em sua produção textual, tornou-se capaz de desnudar seus sintomas para, assim, percebê-los sob uma nova perspectiva. Isso significa que no texto de Lora, e nos demais, o conto não é o fim – e também não foi o início –, existe todo um trabalho posterior que irá somar-se para que se imponha, realmente, uma nova ordem à cadeia significante. Nessa direção, outras brincadeiras, outras atividades expressivas no decorrer do processo psicoterapêutico irão juntar-se na expectativa de que a criança possa, aos poucos, designar, através da palavra ou do simbólico, o que o sintoma tinha por missão ocultar. A cura sobrevém no momento em que puder verbalizar o sentido de sua doença (MANNONI, 1983), para, assim, dar-lhe outra representação.

Diante dessas discussões, o conto de fadas alcança sentido pleno para a criança, abre a possibilidade de ela descobrir, espontânea e intuitivamente, significados previamente ocultos. Isso, fundamentalmente, vai ao encontro das colocações de Machado e Bronckart (2009) quando salientam uma reconfiguração do agir *nos* e *pelos* textos. Corroborando os estudos que apreciam as ações de linguagem que compõem a realidade do trabalho do professor (CRISTÓVÃO, 2011; MACHADO, 2009; MACHADO, LOSADA e FERREIRA, 2011; MEDRADO e PÉREZ, 2011), as histórias elaboradas no *setting* psicanalítico também evidenciam conflitos, dificuldades e impedimentos, nesse caso, do paciente, levando-o à

construção de soluções *por* ele e *para* ele mesmo, criando condições para o desenvolvimento do sujeito.

De maneira ampla, então, quando sujeitamos, autenticamente, nossas emoções às regras da língua e, mais francamente, ao simbolismo da linguagem, nos tornamos capazes de pensar sobre elas. Esse movimento favorece, pois, o crescimento, o desenvolvimento psicoemocional do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reservou-se a esse estudo uma análise diferenciada das atividades de produção textual do gênero conto de fadas, tendo como escopo o elemento essencialmente intrínseco, a marca do sujeito, ou seja, a subjetividade humana. Para isso, o contexto psicoterápico revelou-se como ambiente díspar por possibilitar que a criança manifeste com autenticidade seus estados emocionais e obtenha melhor compreensão de si mesma.

Concebendo o material lúdico como meio natural de autoexpressão projetiva do infante, o conto de fadas apresentou-se como valioso instrumento nessa dinâmica por oportunizar o distanciamento da realidade e garantir uma atmosfera segura, favorável à expressão de sentimentos. Valer-se dessa literatura para a emergência da subjetividade, manifesta e latente, entretanto, fez com que as produções simbólicas individuais encontrassem eco nas interações sociais, afinal, tudo aquilo que enunciamos, narrativa ou expositivamente, é fruto das relações socialmente compartilhadas e reflete uma reorganização singular resultante da dimensão experiencial própria. Portanto, é imperativo admitir que os pensamentos e afetos materializados em quaisquer ações de linguagem são mobilizados pelo sujeito em seu *status* de agente e, conseqüentemente, reproduzem a maneira como experimentou e interiorizou a realidade circundante.

Essa discussão que alvitramos ao longo de todo nosso trabalho pôde ser retratada com propriedade a partir da análise das três produções textuais infantis. A metodologia compreensiva global para análise textual, proposta pelo ISD, serviu de ferramenta para apreciação das narrativas das crianças sujeitos de pesquisa. Isso, especialmente, impõe um dado novo ao campo psicanalítico que é a possibilidade de uma leitura das marcas do inconsciente humano a partir das características estruturais e funcionais de um texto. Em sua essência, as interpretações psicanalíticas centram-se, exclusivamente, nas manifestações das formações inconscientes retratadas através do conteúdo em desenvolvimento nos contos de fadas (BETTELHEIM, 2012 [1976]; CORSO e CORSO, 2006; GUTFREIND, 2010).

Por outro lado, esse estudo põe em relevo a importância e a significação da escrita de um texto autoral em processo psicoterapêutico. No cerne da psicanálise, os estudos se limitam a trabalhar com contos já consagrados pela literatura infantil, permitindo que os pequenos introjetem, ou seja, se apropriem dos personagens e do conteúdo da trama fantástica, todavia, tal maneira de abordar esse gênero literário não consente que os *infans* se projetem na narrativa, mobilizando uma nova significação para os seus conflitos.

Já no cerne do ISD, acreditamos que a contribuição dessa pesquisa reside em apontar a força dos ímpetus inconscientes nas ações de linguagem, bem como em revelar uma alternativa, uma forma de interpretação possível das dimensões afetivo-emocionais do enunciador na produção textual, lacuna dentro desse quadro teórico-epistemológico, tal como apontava Bronckart (2004 apud MACHADO e BRONCKART, 2009).

Deste modo, com o texto de Noemi, *A floresta encantada*, demonstramos como os substratos subjetivos se materializam e influenciam o conteúdo temático a partir das condições de produção textual ou do contexto sociointeracional da ação. Ainda, evidenciamos que o conjunto de informações apresentadas não se limitou a veicular apenas os substratos conscientes construídos a partir das representações de mundo do agente produtor, mas mobilizou, igualmente, as formações inconscientes do sujeito, tão dependentes da internalização e representação da experiência quanto as construções racionais.

Com o texto de Abel, *A floresta dos animais*, percebemos que o sintoma psicopatológico infantil apresentava-se indubitavelmente articulado à ausência de efeito de estabilidade e continuidade do todo composicional, comprometendo o nexos, a regulação da coesão e da coerência temática da produção textual. Isso atravessou o plano geral, o tipo de discurso e as sequências que compuseram o texto exatamente porque prejudicaram as marcas, as articulações, entre os diferentes componentes internos, refletindo, logo, no nível organizacional textual. Assim ratificamos que a subjetividade humana também é capaz de se manifestar, consciente e inconscientemente, na infraestrutura textual.

Por fim, com o texto de Lora, *O gênio da lâmpada*, demonstramos que os mecanismos enunciativos também são capazes de estabelecer uma relação com a realidade subjetiva, consciente e inconsciente, do sujeito enunciator. Todo sentido subjetivo ressaltado pelas vozes e modalizações textuais estiveram em afinidade com os parâmetros internos e externos da ação linguageira e com as representações efetivamente mobilizadas pela garota.

Destarte, ratificamos nosso pressuposto de que, no processo de semiotização da ação linguageira em texto escrito, as crianças em processo de intervenção psicanalítica mobilizam um conjunto de capacidades de linguagem que se tornam cenário de projeções de fantasias, desejos, ansiedades, frustrações e conflitos interiores e, logo, o primeiro passo no caminho de proporcionar a liberdade e a fluidez de revelar a subjetividade de seu agente-produtor. Cada texto criado em contexto clínico, com o aporte da presença empática do psicoterapeuta, tornou-se reflexo da individualidade de seu autor e importante fonte de dados sobre seus sintomas psíquicos.

De modo mais específico, corroboramos nosso objetivo primário: identificamos os aspectos subjetivos materializados nos contos de fadas produzidos por crianças no *setting* psicanalítico à luz do quadro teórico-epistemológico e metodológico do Interacionismo Sociodiscursivo e secundários: evidenciamos que as formações inconscientes também subjazem às ações de linguagem; demonstramos que os mecanismos inconscientes corporificados na ação de linguagem são tão dependentes da internalização e representação da experiência quanto as construções racionais; e estabelecemos uma articulação entre o universo social e a realidade intrínseca, retratada no texto escrito, das crianças sujeitos de pesquisa.

Cabe ressaltar, todavia, que todas essas constatações só foram possíveis porque nos propomos a operar de modo in/transdisciplinar, numa zona fronteiriça entre a Linguística e a Psicanálise. Um espaço de intersecção extremamente salutar, por nos permitir, enquanto pesquisadores, desestabilizar a ordem institucionalizada do único, do verdadeiro e do legítimo, questionar o conhecimento e refletir sobre os desígnios pétreos.

Mas o tema de nosso trabalho não se esgota. O ISD é um aporte amplo e multidisciplinar. A Psicanálise é um campo do saber sempre aberto a novas conjecturas. E o conhecimento científico é um processo intelectual que permite, pela relação das ideias umas com as outras, criar significações. As fendas estão sempre abertas, basta se lançar com audácia a novos caminhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1989.
- ADAM, Jean-Michel. **A Linguística Textual**: introdução à análise dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.
- ARAÚJO, FrancielleMayumi Sakamoto Claro; AMARI, Fabio Nader; OLIVEIRA, Ana Maria Moreno de. A função dos contos de fadas na constituição do sujeito psicanalítico: uma análise a partir do conto de Chapeuzinho Vermelho. **Akrópolis**, Umuarama, v. 19, n. 3, p. 187-202, jul./set. 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1979].
- BERGNER, Raymond. Therapeutic storytelling revisited. **American Journal of Psychotherapy**, New York, v. 61, n. 2, 149-162, 2007.
- BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012 [1976].
- BONFIM, Flávia. **Hiperatividade e psicanálise**. Rio de Janeiro, 25 mar. 2011. Disponível em: <<http://flaviabonfim.blogspot.com.br>>. Acesso em: 10 mai. 2013.
- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.
- _____. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: EDUC, 1999.
- _____. **O agir nos discursos**: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.
- CALDIN, Clarice Fortkamp. A aplicabilidade terapêutica de textos literários para crianças. **Encontros Bibli**, Florianópolis, n.18, p. 72-89, 2004.
- _____. A leitura como função terapêutica. **Encontros Bibli**, Florianópolis, n.12, p. 32-44, 2001.
- CAMPOS, Gleisy Vieira. Entre o estético e o moral, a imaginação e a realidade: a literatura dos contos de fadas, e seu caráter plurifuncional. **Revista Semioses**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, p. 25-36, fev. 2011.
- CARTER, Angela. **103 contos de fadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CELANI, Maria Antonieta Alba. Transdisciplinaridade na linguística aplicada no Brasil. In: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda. **Linguística aplicada e transdisciplinaridade**: questões e perspectivas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. p. 115-126.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COLEMAN, Michael. **Dez mais horripilantes contos de fadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CORDIÉ, Anny. **Os atrasados não existem**: psicanálise de crianças com fracasso escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CORSO, Diana Lichtenstein; CORSO, Mário. **A psicanálise na terra do nunca**: ensaios sobre a fantasia. Porto Alegre: Penso, 2011.

_____. **Fadas no divã**: psicanálise nas histórias infantis. Porto Alegre: Artmed, 2006.

COSTA, Teresinha. **Psicanálise com crianças**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

CRISTÓVÃO, Vera Lúcia Lopes. **Atividade docente e desenvolvimento**. Campinas: Pontes Editores, 2011.

_____. Interacionismo Sociodiscursivo (ISD): quadro teórico-metodológico para estudos da linguagem. In: CRISTÓVÃO, Vera Lúcia Lopes (org.). **Estudos da linguagem à luz do interacionismo sociodiscursivo**. Londrina: UEL, 2008. p. 3-12.

ÉRNICA, Maurício. Hipótese sobre o funcionamento dos mundos e dos tipos discursivos nos textos artísticos. In: GUIMARÃES, Ana Maria de Matos; MACHADO, Anna Rachel; COUTINHO, Antónia (orgs.). **O interacionismo sociodiscursivo**: questões epistemológicas e metodológicas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. p. 127-144.

FERREIRA NETTO, Geraldino Alves. **Doze lições sobre Freud e Lacan**. 2. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2011.

FRAGA, Dinorá. Questões teóricas do ISD face à emergência da internet como contexto de produção textual: um lugar para a emoção. In: GUIMARÃES, Ana Maria de Matos; MACHADO, Anna Rachel; COUTINHO, Antónia (orgs.). **O interacionismo sociodiscursivo**: questões epistemológicas e metodológicas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. p. 273-288.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. 2. ed. Vols. I e II. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____. A ocorrência, em sonhos, de material oriundo de contos de fadas. In: FREUD, Sigmund. **Edição eletrônica brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006 [1913]. V. XII.

_____. Escritores criativos e devaneio. In: FREUD, Sigmund. **Edição eletrônica brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006 [1908]. V. IX.

_____. O ego e o id. In: FREUD, Sigmund. **Edição eletrônica brasileira das obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006 [1923]. V. XIX.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. Vygotsky e Bakhtin – um diálogo. In: GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. **A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p.45-69.

GARDNER, Richard A. **Therapeutic communication with children: the mutual storytelling technique**. 2. ed. United Kingdom: Jason Aronson, 1989.

GLAZER, Hilda; MARCUM, Donna. Expressing grief through storytelling. **Journal of humanistic counseling, education and development**, United States of America, v. 42, n. 2, p. 131-138, fall.2003.

GUIZZO, Antonio Rediver. Dialogismo, intertextualidade e polifonia: as múltiplas faces do discurso na literatura brasileira contemporânea. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM: DIVERSIDADE, ENSINO E LINGUAGEM. 2., 2010, Cascavel/PR. **Anais...** Cascavel, PR: UNIOESTE, 2010.

GUTFREIND, Celso. **O terapeuta e o lobo: a utilização do conto na psicanálise da criança**. Rio de Janeiro: Artes e Ofícios, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Théorie de l'agir communicationnel**. Tomos 1 e 2. Paris: Fayard, 1987.

HISADA, Sueli. **A utilização de histórias no processo psicoterápico: uma visão winnicottiana**. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

JORGE, Marco Antonio Coutinho; FERREIRA, Nadiá Paulo. **Freud: criador da psicanálise**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

KLEIN, Melanie. **A psicanálise de crianças**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

KUPFER, Maria Cristina Machado. A escrita na clínica psicanalítica de crianças. In: COLÓQUIO DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICANALÍTICAS E EDUCACIONAIS SOBRE A INFÂNCIA, 3., 2002, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2002. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br>>. Acesso em: 10 mai 2013.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LIMA, Roberta Bergamo. **O dispositivo conto de fadas na clínica com crianças que apresentam déficit de simbolização**. 2010. 117 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2010.

LONGO, Leila. **Linguagem e Psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LOUSADA, Eliane Gouvêa. A abordagem do interacionismo sociodiscursivo para a análise de textos. In: PIRIS, Eduardo Lopes; CARLOS, Josely Teixeira; CUNHA, Cleide Lúcia. (orgs.). **Abordagens metodológicas em estudos discursivos**. São Paulo: Paulistana, 2010. p. 11-26.

MACHADO, Anna Rachel. **Linguagem e educação: o trabalho do professor em uma nova perspectiva**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

_____; BRONCKART, Jean-Paul. (Re-)configurações do trabalho do professor construídas nos e pelos textos: a perspectiva metodológica do Grupo ALTER/LAEL. In: ABREU-TARDELLI, Lília Santos e CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes (orgs). **Linguagem e educação: o trabalho do professor em uma nova perspectiva**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009, p. 31-77.

_____; LOUSADA, Eliane Gouvêa; FERREIRA, Anise D'Orange (Orgs.). **O professor e seu trabalho: a linguagem revelando práticas docentes**. São Paulo: Mercado das Letras, 2011.

MANNONI, Maud. **A criança, “sua doença” e os outros**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

MASCARENHAS, Thales. **Os verdadeiros contos de fadas: originais e sem censuras**. Disponível em: <<http://www.talesofthales.blogspot.com.br>>. Acesso em: 24 de abr. de 2013.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. Textualização, ação e atividade: reflexões sobre a abordagem do interacionismosociodiscursivo. In: GUIMARÃES, Ana Maria de Matos; MACHADO, Anna Rachel; COUTINHO, Antônia (orgs.). **O interacionismosociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.p. 51-63.

MEDRADO, Betânia Passos; PÉREZ, Mariana (orgs.). **Leituras do agir docente: a atividade educacional à luz da perspectiva interacionista sociodiscursiva**. Campinas: Pontes Editores, 2011.

MELLO, Ivana Suely Paiva Bezerra de. **O brincar no processo psicanalítico infantil**. Disponível em: <<http://www.escolafreudianajp.org>>. Acesso em: 24 de abr. de 2013.

MENEZES, Renata de Lourdes Costa de; PEREIRA, Regina Celi Mendes. **O brincar simbólico enquanto ação linguageira: uma análise à luz do Interacionismo Sociodiscursivo**. Comunicação oral apresentada no Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística – ABRALIN, 8, Natal, 2013.

_____. O conto de fadas como instrumento mediacional na clínica psicológica com crianças. In: JORNADA NACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO NORDESTE – GELNE, 24., 2012, Natal. **Anais...** Natal: EDUFRN, 2012. 1 CD-ROM.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, Regina Celi Mendes; ROCA, Maria del Pilar (orgs.). **Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009.p. 11-24.

_____. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

NASIO, Juan-David. **Édipo: o complexo do qual nenhuma criança escapa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

OAKLANDER, Violet. **Descobrendo crianças: a abordagem gestáltica com crianças e adolescentes**. 6 ed. São Paulo: Summus Editorial, 1980.

PEDROSA, Israel. **Da cor à cor inexistente**. 10. ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.

PEREIRA, Regina Celi Mendes. A construção social e psicológica do texto escrito. In: PEREIRA, Regina Celi Mendes; ROCA, Maria del Pilar (orgs.). **Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009.p.113-142.

PERNICANO, Pat. **Metaphorical stories for child therapy**: of magic and miracles. United Kingdom: Jason Aronson, 2010.

PINTO, Rosalvo. O interacionismosociodiscursivo, a inserção social, a construção da cidadania e a formação de crenças e valores do agir individual. In: GUIMARÃES, Ana Maria de Matos; MACHADO, Anna Rachel; COUTINHO, Antónia (orgs.). **O interacionismosociodiscursivo**: questões epistemológicas e metodológicas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. p. 111-120.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SAFRA, Gilberto. **Curando com histórias**: a inclusão dos pais na consulta terapêutica das crianças. São Paulo: Sobornost, 2005.

SANDLER, Joseph; DARE, Christopher; HOLDER, Alex. **O paciente e o analista**: fundamentos do processo psicanalítico. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

SATRAPA, Andréa. A utilização de histórias no manejo terapêutico de pacientes hospitalizados. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 59-66, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SCHNEIDER, Raquel Elisabete Finger; TOROSSIAN, Sandra Djambolakdijan. Contos de fadas: de sua origem à clínica contemporânea. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 132-148, ago. 2009.

TENDLARZ, Silvia Elena. A atenção que falta e a atividade que sobra. **Revista Almanaque on-line**, Belo Horizonte, Ano 2, n. 3, p. 1-8, jul-dez. 2008. Disponível em: <<http://www.institutopsicanalise-mg.com.br>>. Acesso em: 10 de mai. de 2013.

VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006 [1929].

VYGOTSKY, LevSemenovich. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991 [1930].

_____. **Pensamento e linguagem**. 2. ed.São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1934].

WEBB, Nancy Boyd. **Play therapy with children in crisis**: individual, group and family treatment. 3. ed. New York: Guilford Press, 2007.

WINNICOTT, Donald Woods. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.